

Nº267

MAIO 1993

Cr\$ 35.000,00

EM TEMPO:

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA DO PT

**PT VIVE
GRANDES
MUDANÇAS**

JOÃO MACHADO

**AS PRÉ-TESES
PARA O 8º EN**

CARLOS HENRIQUE
ÁRABE

**CRISE ABALA
DIREÇÃO
DA CUT**

GUSTAVO CODAS



NANDO NEVES/IMAGENS DA TERRA

UMA SAÍDA DE ESQUERDA

DEBATENDO O PROGRAMA ECONÔMICO PARA 94

Vôo Livre

CECÍLIA CORREA

Quando me pediram que escrevesse algo sobre o Pedro, eu relutei, me neguei, pois a grande dificuldade minha era me manifestar sobre o que não queria acreditar: a sua morte. Comecei então a pensar sobre as formas de fuga que criamos para encarar algo tão absoluto como é a morte. Aí, podemos pensar como sua mãe, que ele esteja viajando, ou pensar nas duas pessoas que conheci como Pedro: uma vibrante, dinâmica, alegre, sensível, inquieta e que acreditava nos sonhos; e uma outra, que foi se fragilizando fisicamente e que, apesar dessa fragilidade física, continuava mantendo essas características e lutando para morrer o mínimo possível.

Pedro era militante de tempo integral que, por acreditar num mundo melhor a partir de pessoas melhores, dedicava parte dessa militância às pessoas e suas necessidades. Ele ia atrás, discutia, resgatava a confiança, insistia e quem convivia com ele, teve o privilégio dessa experiência.

Era desprezioso nessa sua disponibilidade com as pessoas em geral, porque não queria nada para si próprio. Era também pretensioso em sua integridade e dignidade de se pensar, talvez, imparcial como o vento e assim poder buscar o novo mundo e as novas pessoas em suas "viagens".

Para nós que continuamos a nossa luta, com todos os problemas, com todas as contradições que temos, resolvemos e criamos, nos resta aceitar essa outra contradição entre a pulsação da vida e esse acordo imperativo com a morte, e, deixar que se manifeste tudo o que nos ultrapassa pela nossa condição; mas que sobrevive dentro de nós.

Pedro era borboleta no sonho de uma amiga. Também poderia ser estrela ou até "Rosas de abril" dentro ou fora dos jardins de Caymi. Mas era a borboleta do sonho.

Se virou borboleta que pode entrar e sair das pessoas, foi mais esperto. Tomara que seja borboleta! □

Índice

3 - 8º EN: PT diante de grandes mudanças

João Machado

6 - 8º EN: Pré-Teses: aberta a discussão

Carlos Henrique Árabe

8 - Estratégia e Ação Institucional

Raul Pont

9 - Debatendo o Programa: Decifra-me ou te devorarei

César Benjamin

13 - Assistência Social em debate

Rosalina Santa Cruz

14 - ME: A UNE na corda bamba

Darlan Montenegro

15 - El Salvador: Deve-se ser radical?

Ossip Spillbout

16 - Ecologia: A esquerda e os ecologistas

Sami Joshua

18 - Sindical: Finalmente, a crise

Gustavo Cotas

20 - As cotas na plenária nacional da CUT

Marilane Teixeira



Amor de sempre

DORA GOMES

Dez dias depois da (sa)ida do Pedro. A doença foi mais forte do que a luta que travou, dos intensos tratamentos de um ano que não lograram devolver sua saúde física.

Sua ausência, a sinto de forma intensa. Também serena. Assim, construímos nossas vidas: muito perto do coração, com afeto e paixão e, ao mesmo tempo, despreendida e autônoma, conquista de anos de existência comum. Sem necessidade de falar, conhecíamos a vontade do outro, por um olhar, um sentir, sem que nunca isto significasse um controle, um domínio ou disputa, mas o convívio de dois amigos de fortes vínculos forjados pela vida cotidiana, desejos, e projetos assentados no inconformismo, na rebeldia e na convicção da necessidade da conquista de valores e condições humanas superiores aos que regem nosso tempo.

Por tudo isso, sua partida não é dolorosa, posso senti-lo perto, com seu pensamento, sua indignação e sua alegria, felicidade, marca inconfundível de sua existência. Com toda a grandiosidade de sua esperança, que nem a grave doença conseguiu arrebatá-lo.

Consigo tê-lo pegadinho a mim como em todo o tempo de nossa vida juntos: uma presença tranquila, suave, de amor e carinho. Uma presença que nunca sufocou ou impediu a plenitude de minha própria vida. Ao contrário, possibilitou-me viver com toda integridade, como também vivia sua vida. Ao meu lado, segurando minhas mãos, passando-me força para seguir sem sua presença física, a dizer-me que nossa felicidade não depende dela. Está assimilada por nossas ações, nossa existência e de todas as pessoas que com quem os dois, ou cada um de nós, construiu uma relação de amizade, de respeito, de amor. Assim é o que sinto.

Tenho certeza que Pedro conseguiu em seus quarenta anos uma sabedoria, que infelizmente, muitos passam pela vida sem fazê-lo: a conquista de uma felicidade decorrente de uma vida de amor e paixão, de uma consciência de sua realidade e compromisso com seu tempo. Pedro tinha plena consciência de que era feliz. Este é o Pedro que tenho dentro de mim, inteiro e bonito. Um amor de sempre. □

EM TEMPO

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Burigo, Helena Bonuma, Hugo Manso, Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilane Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTB nº 18663 DRT/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO:

José Corrêa, Caco Bisol, Décio Gimenez e Fabiano Ciambra
Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Brigadeiro Galvão, 138. Barra Funda, São Paulo CEP 01151-000 Fone: 66-5550.
Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bonfim CEP 90035-090 Fone: 227-4642. Vitória: Rua da Alfândega Ed Sarkier Sala 401 29010-090 Fone: 2230921

PT diante de grandes mudanças

JOÃO MACHADO

A realização dos Encontros Municipais e já de vários Encontros Estaduais, ao lado da publicação das pré-teses nacionais, confirma um quadro para o 8º Encontro Nacional globalmente favorável. Como previmos no EM TEMPO anterior, a iniciativa do "Hotel Comodoro", que procurava formar uma maioria na direção do partido desfavorável aos setores mais à esquerda foi esvaziada e abandonada.

Por outro lado, tampouco deram resultado até agora as tentativas de reunificar o conjunto da Articulação. E com a divisão da corrente majoritária o processo de debates ganha maior complexidade e tem resultados mais difíceis de prever.

Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul foi o estado onde a definição política foi a mais clara e a mais favorável aos setores mais à esquerda do partido.

O encontro de Porto Alegre teve quatro chapas. A majoritária foi a constituída em torno do "Manifesto aos petistas do RS", reunindo os integrantes da tendência Democracia Socialista, a maioria dos integrantes da Articulação, o coletivo em torno dos mandatos do deputado Flávio Koutzii e do vereador Henrique Fontana, o coletivo Opinião e o movimento Na Luta PT (ver EM TEMPO nº 266). Teve 52% dos votos dos delegados.

A segunda chapa foi a "PT na luta e na vida", formada sobretudo por militantes que participam do trabalho comunitário, sem vínculo com tendências nacionais do partido, e com um posicionamento à esquerda. Teve 24% dos votos. A terceira chapa foi a "Vida Nova para o PT", reunindo militantes vinculados à corrente "Projeto para o Brasil", uma minoria dos integrantes da Articulação, ex-integrantes da DS, ex-integrantes recentes do PCB. Teve 14,5% dos votos. Finalmente, a quarta chapa foi "Brasil Democrático e Popular", formada por parte dos militantes vinculados à corrente "Projeto para o Brasil", que teve 9,5% dos votos.

O Encontro teve dois candidatos a presidente. A atual presidente, Iria Charão, da Articulação, proposta pela chapa "Manifesto" (e apoiada também por militantes que não participaram de nenhuma das chapas, como o ex-prefeito Olívio Dutra), foi reeleita com 79 votos (56%) (ver entrevista na página 4). A chapa "PT na luta e na vida" lançou João Couto, que teve 44 votos (31%). João Mota, da "Vida Nova", fez um chamado ao voto nulo; houve 8 votos nulos (5,6%) e 10 brancos (7%).

No Encontro Estadual do Rio Grande do Sul o quadro foi ainda mais favorável para a esquerda petista. Formaram-se dois blocos, um em torno do "Manifesto aos petistas do RS" (incluindo também os apoiadores do "PT na luta e na vida"), que teve aproximadamente 78% dos delegados, e elegeu o novo presidente (Ronaldo Zulke, da DS), e outro em torno do "Vida Nova para o PT", que lançou Adeli Sell (da minoria da Articulação) para presidente, e teve cerca de 22% dos votos.

É interessante chamar a atenção para o fato de que, apesar de polarizado pelas posições do "Projeto para o Brasil", nenhum dos integrantes deste último bloco assina a pré-tese nacional desta corrente (provavelmente por buscarem formar um campo intermediário reunindo o PPB e parte da Articulação).

Paraná

Em Curitiba o resultado do Encontro Municipal, embora tenha tido uma maioria à esquerda, foi marcado por um crescimento do setor liderado pelo deputado Edésio Passos, o chamado "Forum dos Independentes", que nacionalmente se alinha com a pré-tese encabeçada por Vladimir Palmeira, mas que tem a posição mais à direita do PT do Paraná (evidentemente sempre que neste artigo se falar em "direita" do PT é no sentido de mais à direita no leque de posições petistas, isto é, menos à esquerda).

Houve três chapas: a chapa formada pela Articulação e pela tendência Democracia Socialista teve 45%, a chapa do "Forum" teve também 45%, e o movimento Na Luta PT teve

10%. Foi reeleito o atual presidente do PT de Curitiba, Cesar Sanson, da Articulação.

No Encontro Estadual do Paraná o resultado foi um pouco mais complicado, com cinco chapas. A Articulação dividiu-se em dois campos: a maioria do interior (sobretudo do sudoeste do estado) lançou com o prefeito de Londrina, Luiz Eduardo Cheida (que assina a pré-tese nacional do PPB), uma chapa que ficou conhecida como "caipira". Teve para a direção estadual 55 votos (33,3% dos delegados). A chapa da Articulação (formada sobretudo a partir da Articulação de Curitiba) teve 36 votos (21,8%). O "Forum dos Independentes" teve 32 votos (19,39%), a Democracia Socialista 22 votos (13,3%) e o movimento Na luta PT 20 votos (12,12%). Foi reeleito o presidente estadual José Wigenesky.

Minas Gerais

Em Minas Gerais inscreveram-se para o Encontro Estadual cinco teses, das quais quatro se apresentaram também no Encontro Municipal de Belo Horizonte.

A primeira foi a do campo constituído pelo Manifesto "Política para uma nova hegemonia" (EM TEMPO nº 266), integrado pela grande maioria da Articulação no estado, pela Democracia Socialista, e por companheiros não identificados com nenhuma tendência nacional (como ex-integrantes da CS e do MTM). Teve 153 votos, 44,1% do total, e elegeu o presidente municipal, Eduardo Albuquerque, da DS (foi apoiado também por delegados de outras posições).

Em segundo lugar em Belo Horizonte ficou a tese Na Luta PT, liderada no estado pelos companheiros do MTM, que teve 72 votos (20,7%). Em terceiro lugar ficou a tese "Perder o medo, derrubar poderes poderes, enfrentar os coronéis", que não corresponde a nenhuma pré-tese nacional, e com posições de esquerda. Teve 64 votos (18,4%). Em quarto lugar ficou a tese "Por um PT Democrático e Socialista", liderada pelo ex-deputado e ex-candidato a governador Virgílio Guimarães. Alguns de seus signatários assinaram a nível nacional a pré-tese da Vertente Socialista. Teve 58 votos (16,7%).

Já no Encontro Estadual de Minas Gerais a chapa do campo "Política para uma nova hegemonia" teve 247 votos (50,3% dos delegados; na votação da tese-guia teve uma votação maior, cerca de 56%). A chapa do Na Luta PT teve 103 votos (21,0%); a liderada pelo ex-deputado Virgílio Guimarães e pelo deputado Tilden Santiago (que a nível nacional assina a pré-tese encabeçada por Vladimir Palmeira) teve 96 votos (19,6%). E a chapa composta a partir da tese "Perder o medo..." teve 45 votos (9,2%).

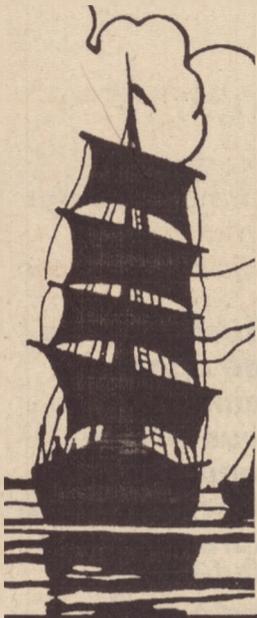
Foi eleito presidente o ex-prefeito de Ipatinga, Chico Ferramenta, que foi o candidato único.

O Encontro Estadual de Minas votou propostas de resoluções para o Encontro Nacional claramente à esquerda no debate atual do PT (por exemplo, aprovou a proposta de política de ali-

Frustraram-se, até agora, as tentativas de reunificar o conjunto da Articulação. Ela apresentou-se dividida na maioria dos estados.



Na polarização política no interior do PT, as correntes mais à direita não estão apresentando suas posições.



anças que restringe as alianças com o PSDB a setores deste partido). Além disso, Minas Gerais teve com este Encontro uma particularidade: ninguém disputou defendendo posições mais à direita no leque petista. Os candidatos naturais a encabeçar posições mais à direita no estado - os deputados federais Paulo Delgado e João Paulo Pires - não tiveram qualquer participação no Encontro.

Espírito Santo

No Espírito Santo o PT está dividido em dois blocos. Um, mais à direita, liderado pelo ex-prefeito Vitor Buaiz, reunindo parte da Articulação e o Projeto para o Brasil (vários dos seus integrantes, a começar pelo próprio Vitor, assinam a nível nacional tanto a pré-tese da Articulação "Construindo a Unidade na Luta" quanto a pré-tese do PPB). O outro bloco reúne toda a esquerda do PT capixaba, incluindo a Articulação-Manifesto, a Democracia Socialista e a Força Socialista.

Em Vitória o bloco da esquerda teve uma exígua maioria de 3 votos.

Já no Encontro Estadual capixaba, ganhou Vitor Buaiz, que foi eleito presidente, com 91 votos contra 56, e elegeu a maioria da nova direção (com 86 votos contra 70). Ainda assim, as resoluções aprovadas corresponderam mais às posições defendidas pelos setores mais à esquerda. A vitória de Vitor Buaiz se deu mais por seu prestígio pessoal do que por apoio às suas posições.

Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro teve um dos processos mais confusos. Na capital inscreveram-se sete chapas. A mais votada pelos delegados foi a formada pela Democracia Socialista, a corrente liderada por Vladimir Palmeira e uma parte da "Articulação Manifesto". Teve 49 votos (25%). A segunda chapa foi

a da "Articulação Unida", reunindo outra parte da "Articulação Manifesto" (José Luiz Fevereiro e Adilson Pires) com Jorge Bittar e Benedita da Silva. Teve 38 votos (19,4%). Em terceiro lugar ficou o "Forum dos Independentes", que de forma bastante conveniente reúne apoiadores dos mandatos do deputado federal Carlos Santana, do deputado estadual Marcelo Dias, e da vereadora Jurema Batista. Teve 37 votos (18,9%). Em quarto lugar ficou o Na Luta PT, com 28 votos (14,3%). Em quinto lugar ficou o Projeto para o Brasil, com 18 votos (9,2%). Em sexto lugar uma chapa formada por dissidentes do "Forum dos Independentes" (sem dúvida mais uma novidade para enriquecer o colorido petista). Teve 14 votos (7,1%). E finalmente ficou uma chapa que se chamou "Construindo a Unidade", reunindo companheiros da Articulação e do PPB, e que no lugar da unidade conseguiu apenas 12 votos (6,1%). Foi eleita presidente Jurema Batista, do Forum dos Independentes, no segundo turno da votação.

No Encontro Estadual o quadro foi ligeiramente mais simplificado. Concorreram cinco chapas. A mais votada foi a formada pela Democracia Socialista, por parte da Articulação-Manifesto e pela corrente de Vladimir Palmeira. Teve 53 votos (28,8% dos delegados). Em segundo lugar ficou a chapa do movimento Na Luta PT, com 52 votos (27,5%). Em terceiro lugar ficou a a chapa do Projeto para o Brasil, com 34 votos (18,0%). Em quarto a chapa da "Articulação Unida", com 26 votos (13,8%). E em quinto a do Forum dos Independentes, com 24 votos (12,7%). Foi eleito presidente Daniel Arão Reis, que assina a pré-tese nacional de Vladimir Palmeira.

Bahia

Em Salvador o Encontro teve cinco chapas (considerando-se a eleição da Comissão Dirigente). A mais votada foi a liderada por companheiros da Democracia Socialista, que teve 58 votos (40,6%). Em segundo lugar ficou o movimento Na Luta PT, na Bahia liderado pelos companheiros da Força Socialista, que teve 45 votos (31,5%). Em terceiro lugar ficou a chapa do PPB, que incluiu parte da Articulação, com 21 votos (14,7%). Em quarto lugar ficou a chapa da maioria da Articulação com o deputado federal Jacques Wagner (que assina a pré-tese nacional de Vladimir Palmeira), com 12 votos (8,4%). E finalmente em quinto lugar um setor próximo ao PPB, com 7 votos (4,9%). Foi reeleito presidente Samuel Vida, da Democracia Socialista, com ampla maioria de votos.

No Encontro Estadual da Bahia participaram quatro chapas. A mais votada foi a que reunia a Articulação com o Projeto para o Brasil, com 101 votos (40,6% dos delegados). Em segundo lugar a do movimento Na luta PT, com 91 votos (36,7%). Em terceiro a chapa da Democracia Socialista, com 34 votos (13,7%). E em quarto a chapa liderada pelo deputado federal Jacques Wagner, com 23 votos (9,2%).

Para presidente, um resultado curioso: houve empate entre os dois candidatos, Jacques Wagner e o deputado estadual Nelson Pelegrino (da Força Socialista, que foi apoiado pelo movimento Na Luta PT e pela DS). A solução adotada será fazer o rodízio na presidência.

O encontro foi prejudicado por problemas de organização, por polêmicas em torno ao credenciamento de delegados e pela falta de discussão política; resumiu-se praticamente à eleição da nova direção.

Capitais do Nordeste

No Recife apresentaram-se duas chapas. A majoritária foi integrada pela Democracia Socialista e pelo Na Luta PT, com 25 votos (55,6%). A segunda composta pela Articulação e o PPB, com 20 votos (44,4%). Disputaram dois candidatos a presidente. Foi eleito o vereador Paulo Rubens, da Articulação, apoiado pela esquerda, com 30 votos, contra 11 votos dados a José Oliveira, do PPB.

Em João Pessoa foram formadas duas chapas, com peso quase igual. A chapa "Síntese Democrática", formada pela Democracia Socialista, por um setor da Articulação, pelo Na Luta PT e pelo vereador Ricardo Coutinho foi majoritária na definição da tese-guia e na chapa de delegados ao Encontro Estadual. A chapa "Unidade e Luta", formada pela maioria da Articulação, pelo PPB e pela Vertente Socialista foi majoritária na eleição do presidente, Carlos Barbosa de Souza (com 89 x 87 votos), da Articulação, e na votação dos membros do Conselho Deliberativo.

Em Maceió o Encontro Municipal não obteve quorum. No entanto, por um acordo entre os participantes, foi reorganizado o partido no município, sendo eleito presidente José de Souza Leão, da Democracia Socialista.

Fala Iria Charão

Iria Charão foi reeleita presidente do PT de Porto Alegre. Identificando-se com a "Articulação Manifesto", Iria encabeçou a chapa da esquerda partidária.

Como você avalia o Encontro de Porto Alegre?

Para avaliar o Encontro temos que avaliar o PT de Porto Alegre. Não podemos escamotear o que vem acontecendo ultimamente: refletiu-se nesse encontro uma crise já anunciada não só em Porto Alegre, mas no estado e no Brasil, com o esvaziamento das instâncias, pouca participação. O Encontro Municipal, que é um encontro por delegação, não conseguiu motivar os companheiros que não eram delegados a participar do encontro.

Quais seriam as causas da crise, do esvaziamento?

Um dos motivos, no meu ponto de vista, é a sequência de eleições que viemos enfrentando. Foi assim em 88, 89, 90 e 92. Nos 13 anos do PT, sempre, após um período eleitoral, há um esvaziamento. As pessoas se esgotam e o ano seguinte torna-se um momento de rearticulação do partido. As pessoas estão repensando seu modo de fazer política. No início do partido, nós sabíamos que tínhamos que jogar tudo, 24 horas por dia. Pensar partido, viver partido, deixando de lado projetos pessoais. E, hoje, as pessoas vêem que não dá, que também têm que sobreviver. Temos que repensar nossa forma de fazer política, propor uma forma nova de participação, onde esteja preservado o espaço para o prazer, a família, para a vida individual.

E o surgimento do "Manifesto aos Petistas". Que movimento é esse? Ele terá continuidade?

Ele surgiu, basicamente, de discussões

de algumas pessoas. De companheiros da própria Articulação, de companheiros da DS, do coletivo Flávio Koutzii, com companheiros da Força e do Trabalho. Ele também tem a sua origem baseada no Manifesto "A Hora da Verdade", dos companheiros de São Paulo, assinado pelo Rui Falcão. Então, é um movimento que está acontecendo em todo o país. Em Porto Alegre, acho que o "Manifesto" propiciou a discussão das diversidades e dos consensos existentes neste campo, tentando acabar com as ambiguidades.

Quais seriam os consensos?

O principal é de que devemos retomar a origem do PT, buscando conquistar a hegemonia na sociedade através de alianças, mas alianças que não comprometam a essência do PT. A credibilidade do PT foi garantida pelas suas posturas, pela sua radicalidade. Os companheiros do Manifesto querem ampliar, mas garantindo primeiro a discussão do nosso programa. Vamos conversar com os demais partidos, mas sabendo, de antemão, o que queremos.

Nos Encontros Regionais falou-se muito sobre o surgimento da esquerda e da direita do PT. O 8º Encontro vai consolidar essa idéia?

Eu não gosto de usar rótulos em respeito aos companheiros. Eu diria que nós temos divergências em algumas questões de fundo e que, considerando a linguagem dos rótulos, vamos procurar, no campo do Manifesto, nos manter sempre à esquerda. Do 8º Encontro, eu espero que este campo do Manifesto consolide e seja hegemônico na direção nacional. Teremos uma campanha muito difícil para presidente. Nós vamos precisar, mais do que nunca, termos nossas idéias muito firmes no momento das alianças.

Em Natal concorreram duas chapas, uma formada pela Democracia Socialista, pelo movimento Na Luta PT, e por independentes, que foi majoritária, e outra com setores da Articulação e do Projeto para o Brasil. Foi eleito presidente, por consenso, o vereador Mineiro. No Rio Grande do Norte a direção foi formada por consenso (facilitando o trabalho de reorganização do partido no estado, muito traumatizado desde o processo da eleição municipal de 1990), sendo eleito presidente Hugo Manso, da Democracia Socialista. Para delegados ao Encontro Nacional concorreram três chapas. A mais votada foi a do movimento Na Luta PT, com 19 votos (40,4% dos delegados), ficando em segundo a da Democracia Socialista, com 16 votos (34,0%) e em terceiro a da Articulação com o PPB, com 12 votos (25,5%), que, embora seja formada por companheiros originários sobretudo do PPB, defendeu a pré-tese nacional da Articulação "Construindo a Unidade na Luta".

O Encontro Estadual do Ceará teve um caráter bastante distinto de quase todos os outros: foi o que teve resultados que deram mais força aos setores mais à direita do partido. Disputaram duas chapas. A majoritária liderada por membros do PPB, com outros da Articulação (que no Ceará, invertendo a tendência nacional, praticamente se diluiu no PPB). Teve 93 votos (81,6% dos delegados). A chapa minoritária reuniu o movimento Na Luta PT, a Democracia Socialista e independentes, e teve 21 votos (18,4%).

Esta força do PPB cearense, contudo, não elimina dificuldades. Um fato importante é que João Alfredo, ex-presidente do partido no estado, e ex-candidato a governador, que era um dos principais dirigentes do PPB, está afastado desta corrente, fazendo críticas no sentido de que "foi longe demais", e defendendo hoje uma "3ª via".

São Paulo

Em São Paulo o Encontro Municipal foi um dos mais polarizados. Houve uma divisão profunda da Articulação, entre o setor que lançou o "Manifesto aos Petistas" inicialmente chamado de "Hora da Verdade", e entre o setor conhecido como "Advertência" (pelo nome da chapa lançada no Encontro Municipal de 1992).

De modo geral o Encontro polarizou-se entre os setores mais à esquerda e os mais à direita no leque de posições petistas. Além desta polarização ter ficado clara nas votações políticas (sobretudo na da avaliação da administração municipal petista em São Paulo), foi sintetizada na votação do presidente.

A Articulação-Manifesto, a Democracia Socialista, a Vertente Socialista, o movimento Na Luta PT e outros setores mais à esquerda do partido fizeram uma "Carta ao 7º Encontro Municipal" que serviu de base para o lançamento de um candidato comum a presidente municipal, que foi Cândido Vacarezza, da Articulação-Manifesto. Teve 457 votos (61,1% dos votos válidos). O outro candidato foi o vereador Devanir Ribeiro, da Articulação-Advertência, que foi apoiado também pelo PPB, que teve 291 votos (38,9%). Houve 10 votos em branco e 10 votos nulos, com um total de 768 delegados votantes.

Houve quatro chapas. A majoritária foi constituída pela Vertente Socialista, pela Democracia Socialista, pelo Movimento Na Luta PT e por outros companheiros, e teve 309 votos (40,4%). A segunda chapa foi a da Articulação-Manifesto, e teve 172 votos (22,5%). A terceira foi a Articulação-Advertência e teve 157 votos (20,5%). Por último, a chapa do Projeto para o Brasil teve 127 votos (16,6%).

Primeiro balanço

A análise dos resultados até agora dos encontros permite tirar algumas conclusões. Em primeiro lugar, há uma dissimetria curiosa na polarização geral do PT. Em geral o que acontece quando há polarização é que se fortalecem uma esquerda e uma direita, e o centro fica espremido. Não é o que está se vendo este ano.

O setor mais à direita do PT, a corrente do "Projeto para o Brasil", está se enfraquecendo e perdendo capacidade de disputa - com exceções, como a do Ceará (que por outro lado tem sido um estado bastante atípico para o PT - por exemplo é o único que tem monarquistas). Em vários estados, inclusive, o PPB está "se escondendo", defendendo posições da Articulação ou (como no caso do Rio Grande do Sul) não se vinculando por enquanto a nenhuma tese nacional.

Além disso, o texto da pré-tese da Articulação "Constru-

indo a Unidade na Luta", que está sendo a principal referência nacional para os setores que podemos chamar de "do centro para à direita" do partido, tem posições políticas mais de "centro-esquerda" no leque petista (ver matéria de Carlos Henrique Árabe nesta edição à página 6 e 7). Fica inclusive bastante contraditório que muitos militantes do partido assinem simultaneamente as pré-teses da Articulação "Construindo a Unidade..." e do PPB, e que companheiros da Articulação que sempre têm defendido a aproximação com o PPB assinem esta pré-tese.

É significativo que todas as teses apresentadas por setores da Articulação ou em conjunto com ela estejam com posições da "centro-esquerda" para a esquerda no espectro petista.

O "perfil baixo" dos setores mais à direita do partido é reforçado também pelo fato de que em Minas Gerais, o segundo estado em importância do país, não há nenhum setor disputando "à direita", e pelo fato de que em São Paulo, para o encontro estadual, os setores de "centro", "centro-direita" e "direita" estão apoiando como candidato a presidente o editor do *Brasil Agora* e ex-secretário geral estadual de São Paulo, José Américo Dias, que tem sempre representado posições de "centro-esquerda" no PT.

Este "perfil baixo" do PPB e este quadro de posições da Articulação, bem como um certo crescimento geral dos setores tradicionalmente mais à esquerda do partido, refletem um ânimo da base do partido muito crítico com relação à atuação recente do PT e aos seus impasses, e especialmente crítico às expressões públicas do PPB. É este ânimo da base (e dos quadros organizadores do partido) que torna muito difícil que até os setores da Articulação mais próximos ao PPB defendam hoje uma composição com ele.

O quadro de conjunto do 8º Encontro, portanto, é favorável à definição de um rumo de esquerda para o partido, na sua construção, na sua relação com os movimentos sociais, na sua atuação na conjuntura como oposição ao governo Itamar, na preparação da campanha presidencial e nas propostas de governo democrático e popular. Mas, de outro lado, a fragmentação entre várias das posições mais à esquerda do partido, a limitação da elaboração política em muitas questões-chave fazem com que seja possível que saíamos do 8º Encontro sem a construção de uma direção forte e a definição de uma linha política clara, isto é, sem resolver a crise de hegemonia por que passa o partido. Há o risco de que não haja nenhuma maioria clara.

Daí que a questão de formar esta possível maioria, clarificando e precisando a linha política, e criando condições para definir um núcleo dirigente e para resolver a crise de hegemonia seja a principal tarefa colocada agora. □

João Machado é membro da Executiva Nacional do PT



O quadro geral do 8º EN é favorável à definição de um rumo de esquerda para o partido.

Pré-teses: aberta a discussão

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

Há uma grande mudança no cenário político entre o 1º Congresso e agora, com o PT movendo-se para a esquerda.

A avaliação das pré-teses inscritas para o 8º Encontro Nacional deve partir da grande alteração do cenário político entre o momento de hoje e aquele em que se deu o 1º Congresso. Isto vem se configurando nos encontros preparatórios, com o partido movendo-se para a esquerda.

O defensismo que prevaleceu no 1º Congresso foi, em certa medida, superado. O quadro nacional é outro, após as grandes mobilizações que resultaram no *impeachment*, reabrindo com rapidez a realidade da crise nacional. A situação internacional, mesmo que não apresente uma correlação favorável à esquerda, já não é marcada por aquele triunfalismo imperialista.

De outro lado, o partido assistiu a alguns "experimentos" da chamada política de centro-esquerda encaminhada por setores expressivos da direção, cujo produto mais clarificador foi a entrada de Luiza Erundina no governo Itamar. Ainda que não tenha se consolidado - como mostram os encontros e as pré-teses - implicou em profundos desgastes para o PT frente a sua base social e para a sua capacidade de disputa de rumos do país. Implicou, também, em um profundo desgaste dos seus defensores dentro do partido.

Mas o elemento decisivo que completa o quadro é o próprio PT. A existência de energias revolucionárias acumuladas - ainda que convivendo com a corrosão da crise social sem resposta adequada, com pressões de integração à ordem e com grandes impasses de direção - permitiu, e também pressionou, a retomada de iniciativas da esquerda partidária.

Painel das pré-teses

As oito pré-teses inscritas ainda não configuram o quadro final de proposições para o Encontro Nacional. Há disposições declaradas de procurar unificações por parte de várias

delas e há insuficiências importantes que demandarão acréscimos. De outro lado, as pré-teses não se distinguem apenas pelas diferenças de conteúdo, mas também por identidades construídas (ou destruídas) a partir das disputas iniciadas no 1º Congresso.

Uma primeira situação a ser destacada é a existência de duas pré-teses da *Articulação*, que representam proposições e aglutinações no seu interior que foram se construindo neste período. O setor que se expressou inicialmente com um manifesto nacional - compreendendo a maioria da *Articulação* do RS, SC e RJ e parcelas muitas expressivas em SP, ES, entre outros estados - é reconhecido como a esquerda da *Articulação*, retomando na pré-tese **Por um governo democrático e popular**, a tradição

do programa democrático-popular desenvolvida até a campanha Lula em 1989.

O outro setor, é o que reúne a maioria dos membros da *Articulação* na Executiva Nacional, na pré-tese **Construir a unidade na luta**. Subscrita por companheiros que tiveram

uma responsabilidade fundamental na direção no último período, é importante notar que avançam elementos importantes de autocritica (por exemplo, quando a pré-tese fala da justeza da posição definida pelo PT de oposição ao governo Itamar - "apesar das ambiguidades do primeiro momento"). Além disso, é muito importante que retome a formulação de "programa democrático e popular" (diferente da formulação de "centro-esquerda" que vinha predominando), chamando a atenção inclusive para o seu sentido "frontalmente anti-capitalista". Sua definição do que deveriam ser os eixos políticos da nova direção do partido (item 43) - incluída a partir da contribuição de companheiros de Minas Gerais na **Política para uma nova hegemonia** - é muito boa (e é comum com a outra tese da *Articulação*, **Por um governo democrático e popular**, que até a aperfeiçoa ligeiramente). Isto é um resultado muito positivo do debate já realizado. Mas ao procurar unificar até os setores da *Articulação* como o grupo Arco-Iris, de São Paulo, incorpora ambiguidades das posições majoritariamente desenvolvidas pela executiva do PT após o Congresso. Com peso importante em SP, sua composição é fragil (até o momento) nos outros estados mais importantes e traz a particularidade de ter em comum com a pré-tese do *Projeto para o Brasil* a maioria dos signatários do ES, PB e RN.

Um terceiro setor da *Articulação*, o de Minas Gerais, aparece patrocinando, em conjunto com membros da *Democracia Socialista* naquele estado, a pré-tese **Política para uma nova hegemonia**. Com críticas pesadas ao *Projeto para o Brasil* ("parecem deslumbrados com as modificações porque passou o cenário político brasileiro...propõem que o Partido exerça a condição de sócio plenipotenciário do sistema político, assumindo responsabilidades que não são suas, em nome de uma governabilidade genérica") e também com críticas ao movimento *Na Luta PT* ("ingênuo, parcial e simplificador"), retoma formulações do 5º Encontro Nacional procurando atualizá-las para a realidade de um partido que pela 2ª vez disputará com chances a presidência da República.

A pré-tese **Um rumo revolucionário para o PT**, apresentada pela *Democracia Socialista*, procura contribuir para uma proposição comum da esquerda partidária. Procura desenvolver elementos da dinâmica de construção e exercício de um governo democrático popular.

A pré-tese **Para mudar o Brasil**, do *Projeto para o Brasil*, retoma suas colocações já conhecidas, apontando para um governo de centro-esquerda. Não desenvolve, apesar de anunciar, a pré-tese sobre alternativa estratégica. Coloca-se explicitamente com o sentido de ceder lugar a uma nova tese que incorpore suas propostas.

A pré-tese **Alternativa democrática e popular**, do movimento *Na Luta PT*, procura expressar sentimentos de esquerda, muitas vezes carregando no tom sectário. Em geral, tem maior dificuldade em integrar-se nos processos de unificação que estão se dando desde os estados para uma proposição comum à esquerda partidária.

A pré-tese, **O momento político e as tarefas do PT**, liderada por Wladimir Palmeira, aparece mais como um pronunciamento, onde se destaca, contraditoriamente, ao lado da defesa de uma oposição clara e de massas ao governo Itamar, a defesa quase apaixonada de alianças com o PSDB (e com "setores do PMDB"). Faz uma combinação contraditória entre a imagem construída pelo seu líder e as posições defendidas na pré-tese. Incorpora também um setor vinculado às posições mais à direita dentro do PT do Paraná.

A pré-tese **Conjuntura e alternativa democrática e popular**, assinada pela atual *Vertente Socialista*, expressa sentimentos de esquerda e de críticas presentes na base partidária quanto aos rumos do PT, mas inclui uma curiosa oposição à polarização entre esquerda e direita nas próximas eleições.

Estágio da discussão

Há quatro temas em jogo no 8º Encontro Nacional: a política de alianças, as diretrizes do programa e a perspectiva do Governo, as tarefas do partido no período até as eleições



e a própria situação do PT e de sua direção.

Este último é tratado implicitamente em todas as proposições e será resultado de unificações das pré-teses e do próprio processo no 8º Encontro.

As tarefas do partido na conjuntura estão discutidas de forma muito inicial, avançando pouco além da definição da posição do partido frente ao governo. Resta muito a fazer neste ponto. As alianças e a discussão sobre programa e governo são os mais desenvolvidos.

A questão das alianças

Esta discussão tem uma história no partido desde o 2º turno das eleições de 1989. A amplitude dos apoios a Lula então obtidos refletiu uma condição muito particular de hegemonia conquistada e de poder de atração do PT. Muitos dirigentes e setores do partido, posteriormente, desconsideraram aquela condição específica e passaram a defender a política de segundo turno como a política normal de alianças. E, na verdade, ela nunca se realizou. Isto ocorreu em relação ao PDT, nas eleições de 1990, e às inúmeras tentativas com o PSDB.

No 1º Congresso houve a tentativa por parte de setores do *Projeto para o Brasil* e de parte da *Articulação* em definir uma política de alianças baseada em um acordo com o PSDB. Isto não foi incorporado nas resoluções, apesar da propaganda feita pela imprensa (em particular a *Folha de São Paulo*) e repercutida no partido pelos defensores desta posição como se fosse uma proposta vitoriosa. A resolução vitoriosa, ao contrário da lenda, reafirmou a política geral definida no 5º Encontro e propôs o seu aprofundamento.

A discussão no partido após o 1º Congresso se deu de forma bastante dogmatizada, praticamente sem fazer uma análise concreta dos partidos.

Da parte dos defensores do *Projeto para o Brasil* isto era uma decorrência lógica da idéia de compartilhar (e não mais disputar) hegemonia e reduzir drasticamente o programa. Também passou-se a considerar a viabilidade eleitoral unicamente em função da amplitude das alianças mesmo com a consequência desastrosa, inclusive sob o aspecto eleitoral, da perda de correspondência com os anseios de mudança.

Nas pré-teses, o quadro da discussão de alianças contém duas evoluções importantes, exceção feita à proposta do *Projeto para o Brasil* que continua mantendo a mesma posição anterior. Em primeiro lugar, as alianças estão subordinadas a um programa; em segundo lugar, começa a ter peso a análise mais concreta dos partidos. Assim a verdadeira questão passa a ser quais aliados podem assumir em conjunto com o PT as propostas programáticas de governo, ganhando, portanto, uma dimensão mais estratégica. E nesse contexto, é impossível não discutir o compromisso e a trajetória da chamada centro-esquerda. Mais do que um "campo em disputa", como afirma a pré-tese **Construir a unidade na luta**, o caso do PSDB deve ser analisado como um campo em que o seu setor dirigente faz parte de um projeto alternativo ao do PT. Isso se manifesta desde a articulação da chamada terceira via até o compromisso com medidas bem práticas - como o programa de privatizações - expresso na continuidade de política econômica do governo Collor em implementação pelo atual governo. Assim, o que cabe disputar é justamente os setores não comprometidos com esta política.

Programa e governo

A discussão sobre o programa, nas pré-teses em que é feita, referencia-se na idéia de programa democrático e popular. Ainda que trazendo diferentes enfoques e contendo importantes insuficiências (no caso, todas), o retorno a esta referência marca uma distinção com a idéia geral de programa de centro-esquerda, de reformas pactadas e moderadas.

Ganha força a elaboração organizada em torno da definição de reformas estruturais e do desenvolvimento da disputa social e dinamização da organização popular combinada a avanços políticos. Assim, retomam-se algumas das colocações "clássicas" do partido com relação à reforma agrária, à distribuição de renda, à soberania do país face ao mercado mundial. Estes eixos configuram um caminho alternativo de desenvolvimento para o país e chocam-se com a dinâmica real do capitalismo periférico. Os conflitos daí resultantes definirão o curso real do possível governo Lula. É importante compreender que a construção de uma via alternativa para o país sob um governo democrático popular dependerá não só das iniciativas governamentais mas acima de tudo da capacidade de deslocar a nosso favor a correlação de forças. O que preside a formulação das diretrizes de programa é a visão

geral de desenvolvimento da luta de classes. Este é um elemento chave que organiza a elaboração das pré-teses **Um rumo revolucionário para o PT e Por um governo democrático e popular**.

Há tensões, lacunas e erros na discussão de diretrizes para o programa. Por exemplo, como compatibilizar "num mesmo movimento" um padrão de desenvolvimento centrado na expansão do mercado interno com a "inserção competitiva do Brasil na economia mundial", como propõe a pré-tese **Construir a unidade na luta**? Não basta dizer que objetivos conflitivos como estes serão resolvidos pelo debate entre "os agentes da cadeia produtiva". Na verdade, sem uma determinação de prioridade e hierarquização de objetivos esta questão será transferida para outros foros de elaboração do programa, quando o mais correto é procurar que sejam estabelecidas nas diretrizes a serem deliberadas pelo 8º Encontro.

As lacunas na discussão de diretrizes de programa econômico, no interior das diretrizes gerais, não deixam de ser um tributo à redução de perspectiva que perdurou no período pós-Congresso. A visão que orientou o antigo Programa Emergencial - de apresentar propostas viáveis de ajuste econômico perdendo de vista a disputa de projeto alternativo - foi superada nas pré-teses que tratam do programa. Mas ela implicou em um grande atraso de elaboração e, agora, em formulações muito genéricas (por exemplo, em relação à distribuição de renda: quais as medidas centrais?). Este também é um campo de diretrizes que não cabe deixar para ser definido fora do Encontro.

Plano político

As pré-teses avançam pouco na proposição de um plano político de ação na conjuntura. Esta questão não é apenas a de elencar as principais lutas neste período, mas articular ações em vários níveis - movimentos, prefeituras e bancadas, luta política geral - com a construção de uma campanha presidencial de massas. Certamente, o ponto de partida é a consolidação de uma postura clara de oposição face ao governo Itamar. Mas é preciso considerar o processo de rápida deterioração política do governo aliada às crescentes dificuldades de organização das alternativas de candidaturas presidenciais de direita e de centro. É previsível o crescimento de pressões sobre a candidatura Lula, desde as tentativas de desmoralização do partido até de impor limites à sua radicalização.

Este é um quadro que permite colocar no centro das atividades partidárias a construção da alternativa de governo combinada à denúncia e à organização efetiva de uma oposição consistente e de massas. É a oportunidade decisiva de unificar os militantes nos movimentos sociais, em particular no sindical, para uma ação combinada de retomada de lutas com a participação no processo da campanha Lula.

Diferentemente do 1º Congresso, o 8º Encontro Nacional escolherá uma direção, reduzindo a distância entre resoluções aprovadas e a prática posterior do partido. A construção de uma nova direção, a definição da nova hegemonia, dependerá em grande medida da qualidade das resoluções e da capacidade de construir uma proposta com o maior peso possível e o mais legitimada na disputa do Encontro. □



Quase todas as teses mantêm a referência ao programa democrático e popular. Rejeitam a idéia de centro-esquerda.

Estratégia e ação institucional

RAUL PONT

Relação entre a ação institucional e a luta social revive uma velha questão da esquerda: o dilema entre a realização de uma política de reformas e de uma política transformadora da sociedade. A primeira coisa a fazer, neste caso, é estabelecer um referencial para que se possa avaliar se nossa ação cotidiana no parlamento, na administração pública, nos sindicatos e na intervenção política está de acordo com a nossa visão estratégica de transformação da sociedade.

Referencial estratégico

Sem este referencial é impossível avaliar se somos um partido da ordem, reproduzidor do sistema como qualquer outro, ou se a nossa ação está orientada para a transformação da sociedade - mesmo considerando que se tenha que fazer

uma mediação tática, conjuntural, com estes objetivos maiores, com a estratégia que o partido tenha formulado.

Tomamos como referência, portanto, as formulações do partido, principalmente o VI e VII Encontros Nacionais e as Resoluções do I Congresso, que são os melhores momentos para ver o PT como um todo e apontam claramente num determinado sentido. Dizem estes documentos que a posição do PT é manter-se como uma força política que luta pelo socialismo. O PT assume, portanto, uma posição antagônica e distinta de outros partidos e da realidade que enfrentamos no nosso dia a dia. Isso é desdobrado taticamente na construção de uma alternativa democrática e popular para o país.

É partindo deste referencial prévio que podemos abortar nossas relações com o Parlamento e com o Poder Executivo. Se um partido político que aglutina pessoas de um determinado campo da sociedade, como é o caso do PT, não tem claros estes objetivos, deixa de ser transformador para ser perpetuador da velha ordem e, mesmo que não queira, passa a ter um discurso dissociado da prática, como vimos outros casos na história da esquerda brasileira, que tradicionalmente se

comportou assim. De certa forma, o PT rompeu com esta tradição e esse é um ponto chave, que justifica o nascimento e o crescimento do nosso partido. Hoje, setores do partido vacilam, perdem esse referencial ou até questionam a sua necessidade.

Contradições no parlamento

É só quando nossos referenciais estão estabelecidos que podemos avaliar nossa experiência real, concreta. É aí que estabelecemos diretrizes como a busca de ampliar a participação popular através de mecanismos que permitam que a democracia vá além dos limites da democracia representativa e da ordem tradicional. Ou a luta para que se estabeleça uma relação com os cidadãos, com a sociedade e com as demais práticas partidárias a partir deste ponto de vista.

Quando ingressamos no Parlamento, encontramos uma determinada forma de funcionamento. Mordomias, salários relativamente altos quando comparados com o que recebíamos anteriormente e muito acima da média da sociedade, fundos de pensões e outras facilidades como assessorias,

carros à disposição, cotas de telefone, de correspondência, publicações, passagens aéreas, etc. São recursos materiais que podem se transformar em força política e estabelecem uma distinção sensível de outros filiados e dos cidadãos em geral.

Esta é uma questão concreta a ser enfrentada pelo partido. Que tipo de parlamento existirá na sociedade que queremos? O parlamentar, então, será um profissional da política? Se a resposta for positiva, no meu entender, estaremos sendo um partido da ordem e, por mais que sejamos radicais no parlamento, isto tem uma lógica infernal, fatal, para qualquer projeto político deste tipo. O parlamentar começa a ter determinado tipo de comportamento, passa a aceitar determinadas regras, determinadas normas que entram necessariamente em conflito com as definições estratégicas do partido.

E isso não se dá apenas no plano das condições materiais; o parlamento tem outras formas de cooptação como as relações corporativas e de compadrio que se estabelecem, as dificuldades no tratamento de privilégios que o parlamento cria em benefício próprio - como as famosas aposentadorias especiais, completamente distintas do conjunto da sociedade. Tudo isso são obstáculos, armadilhas para que uma força política que quer alterar este estado de coisas, que fazem com que ela comece a ser tensionada num sentido contrário ao que se propõe.

No momento em que desistimos de lutar por uma prática ou mesmo, quando as condições forem adversas, de ter uma prática distinta, estamos contribuindo para reproduzir as relações desiguais, a teia de relações de dominação hoje estabelecidas.

A responsabilidade por este processo, contudo, não está só no parlamento. Por exemplo, o PT estabelece nesta questão algumas regras corretas: parte do salário é entregue ao partido, mas vemos florescer hoje, ao invés de uma estrutura partidária objetiva, com possibilidades de acesso a qualquer militante, os "coletivos de mandato".

Esta é outra face da mesma moeda, porque aí não se estabelece uma relação partidária, mas sim uma relação pessoal, onde a identificação primordial se dá pela relação com o parlamentar e não por formas objetivas de representação dentro do partido. Isto demonstra que os critérios que estabelecemos até agora são insuficientes para romper estes obstáculos colocados pela atividade parlamentar.

Prefeituras

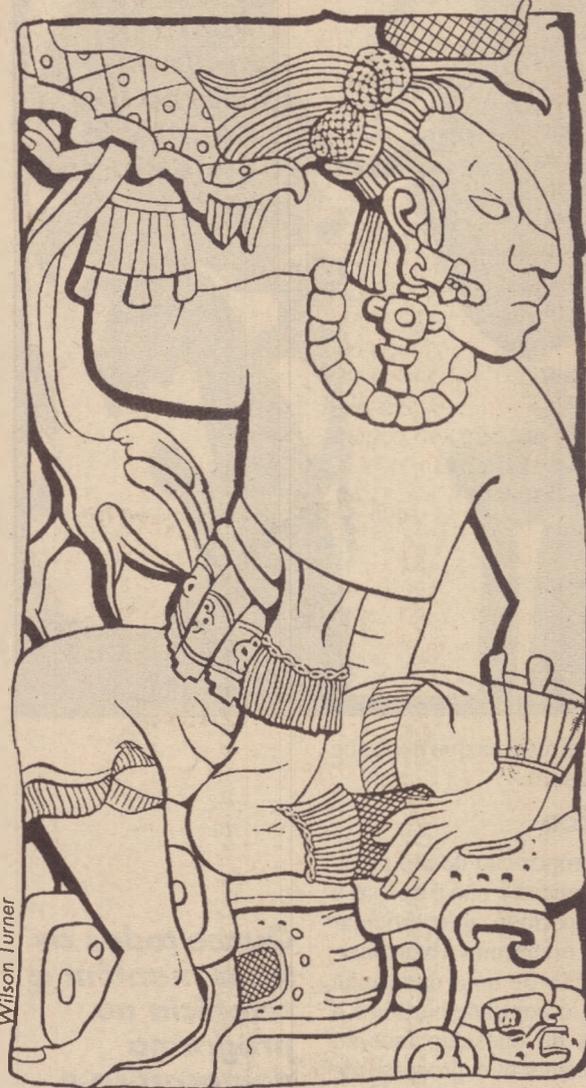
Quando estamos nas prefeituras, a maneira como nos relacionamos com coisas aparentemente menores, mas extremamente reveladoras, também demonstra esta insuficiência. É o caso, por exemplo, do uso de carros oficiais e de mordomias oferecidas pela máquina pública ou da troca de favores que estabelecem relações contrárias a nossa estratégia, gerando vacilações e confusões.

Não podemos nos contentar com uma administração clássica, onde o orçamento vai para a Câmara dos Vereadores, Assembléia Legislativa ou Câmara Federal. Assim como não devemos, também, aceitar que nestas casas legislativas acertem-se emendas, prioridades e o governo imponha, mais ou menos facilmente, a sua vontade, sem uma discussão ampla e aberta na sociedade, envolvendo diretamente o conjunto da população. Isto também é contraditório com a sociedade que queremos construir.

Um parlamento e a máquina pública na sociedade pela qual lutamos não pode custar caro a esta sociedade. O cidadão, o produtor, não deve se desvincular da sua atividade profissional. Aquilo que, aqui no Brasil, já acostumamos a chamar de "classe política" é uma concepção da coisa pública e da relação política com a sociedade completamente contraditória com a concepção estratégica de uma nova sociedade socialista que queremos construir.

Ou respondemos a estas coisas do cotidiano, que parecem pequenas mas que tomadas de conjunto não o são, evitando a contradição com nossos objetivos maiores de transformação da sociedade, ou estaremos assumindo, efetivamente, um comportamento de partido da ordem. Este é o desafio que temos que responder. □

Raul Pont é vice-prefeito de Porto Alegre

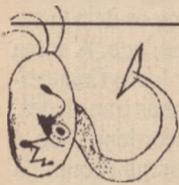


Wilson Turner

Decifra-me ou te devorarei

Este texto é uma versão reduzida de uma contribuição de César Benjamin ao debate partidário, intitulada "Decifra-me ou te devorarei. Idéias para uma alternativa de esquerda à crise brasileira (versão preliminar)". Os intertítulos e a edição são de responsabilidade da redação de Em Tempo. As ilustrações são fragmentos de litogravuras de Miró.

CÉSAR BENJAMIN



ossa crise já dura treze anos, um período muito longo. A partir de 1981, mergulhamos em estagnação, da qual não saímos e não vemos, até hoje, como poderemos sair. Um padrão histórico de crescimento foi alterado, sem ter gerado um outro padrão.

Mas a crise não parece ter clara relação com uma baixa nas taxas de lucro; a economia continua a gerar um excedente suficientemente grande para constituir reservas recorde em moeda forte, pagar grandes somas a banqueiros internacionais, sustentar uma enorme evasão ilegal de divisas e garantir balanços positivos nas principais empresas que aqui operam. Considerando que o investimento, sim, é que está baixo, creio que o velho mestre Inácio Rangel não hesitaria em chamar tudo isso de poupança sobrança.

É realmente muito estranho. Se a geração de excedente e as taxas de lucro são altas, por que o sistema está em crise? Por que não se recompõe aquele circuito virtuoso, em que o lucro alavanca o investimento? Essa questão também pode ser colocada às avessas: se o sistema está em crise, como pode a taxa de lucro se manter alta? Deixem-me ressaltar que essa hipótese me conduz para longe dos que atribuem a crise a dificuldades absolutas de financiamento de nossa economia. Tais dificuldades, que são reais, se relacionam menos com incapacidade de gerar excedente, e mais com as dificuldades de dirigir o excedente gerado para onde importa.

Treze anos depois, a crise já tem uma dinâmica, e ela não necessariamente se prende às questões presentes na sua origem. Ou seja, não basta tentar decifrar aquilo que a provocou, mas também aquilo que a reproduz, conferindo-lhe a forma de uma crise inflacionária prolongada. Eis, então, a esfinge: um grande país, marcado por uma história de crescimento rápido, completa seu ciclo de industrialização tradicional e se mostra incapaz de enfrentar com êxito dificuldades internacionais; continua, não obstante, a gerar altos excedentes e altas taxas de lucro; e para de crescer, submerso numa crise inflacionária prolongada. Decifra-me ou te devorarei.

As estratégias do capital

O capital não é um agente passivo. Ele funciona, se valoriza, busca alternativas, mesmo na crise. Adapta-se a ela e a forma como o faz determina a dinâmica de todo o sistema. Que grandes ajustamentos fez o capital para sobreviver e maximizar seu lucro neste longo período de crise? Que diferenças isso produziu no funcionamento de nossa economia, em relação a quinze ou vinte anos atrás? Podemos destacar quatro aspectos.

A ciranda financeira

O primeiro deles é o aumento do peso da acumulação financeira no contexto geral da acumulação de capital no Brasil, a ciranda financeira. Um setor financeiro passa a ter um peso desproporcional em relação à base produtiva da sociedade e se apropria de uma parcela da renda nacional sem paralelo entre as economias modernas.

A ciranda está duplamente relacionada ao desequilíbrio financeiro do Estado: nasce dele e o realimenta. Na verdade, torna-o insolúvel. O Estado funcionou como repassador de recursos baratos ao setor privado, com juros negativos. Para completar, assumiu grande parte da dívida externa desse

setor. Esperava-se que, assim, exaurindo o Estado, o capital privado se habilitasse a liderar a retomada do crescimento e as relações se normalizassem.

Mas veio a estagnação e, com ela, a inevitável marginalização no cenário internacional. Nos anos 80, o generoso emprestador, já quase quebrado, teve que começar a tomar emprestado. Como capitalista não empresta dinheiro para perder, os juros passaram a ser positivos, e cada vez mais positivos; quanto mais endividado o tomador, maior a taxa de juros. Instala-se então esse circuito diabólico da ciranda financeira, que tem no setor bancário o seu pólo de articulação, mas que não se restringe a ele.

Se o ponto de maior rentabilidade do sistema está na acumulação financeira, a fração líquida do capital - de todo o capital - se desloca para ali. A mudança dessa situação não se resume ao combate a alguns "grupos" especuladores. É muito mais do que isso. Trata-se de alterar o modo de funcionamento da economia brasileira, modo disseminado por todo o sistema.

Passamos a ter uma economia com dois circuitos monetários qualitativamente distintos, duplicidade que renova, amplifica e dramatiza nossa velha exclusão social. O cruzeiro é a moeda dos pobres, sujeitos a todas as vicissitudes da inflação. Ao lado dele, aparece um cesto de moedas cuja emissão já embute a inflação.

A "ciranda financeira" tem garantido nos últimos anos juros reais muito altos, que no tempo do ministro Marcílio chegaram a 60% ao ano. Por que diabos o empresário vai investir na produção se a simples compra de papéis do governo lhe garante 60% de lucro real? A via do investimento só vale a pena se a expectativa de rentabilidade a ela associada for substancialmente maior que a outra via, muito mais fácil. Ora, no contexto de uma acumulação financeira crescente (e de uma economia estagnada), os lucros se tornam largamente fictícios, pois não estão lastreados na capacidade produtiva da sociedade. O peso dessa acumulação predatória recai sobre o Estado, cujo equilíbrio financeiro é completamente destruído. A dívida interna que esse processo constitui se torna tendencialmente impagável.

O setor exportador

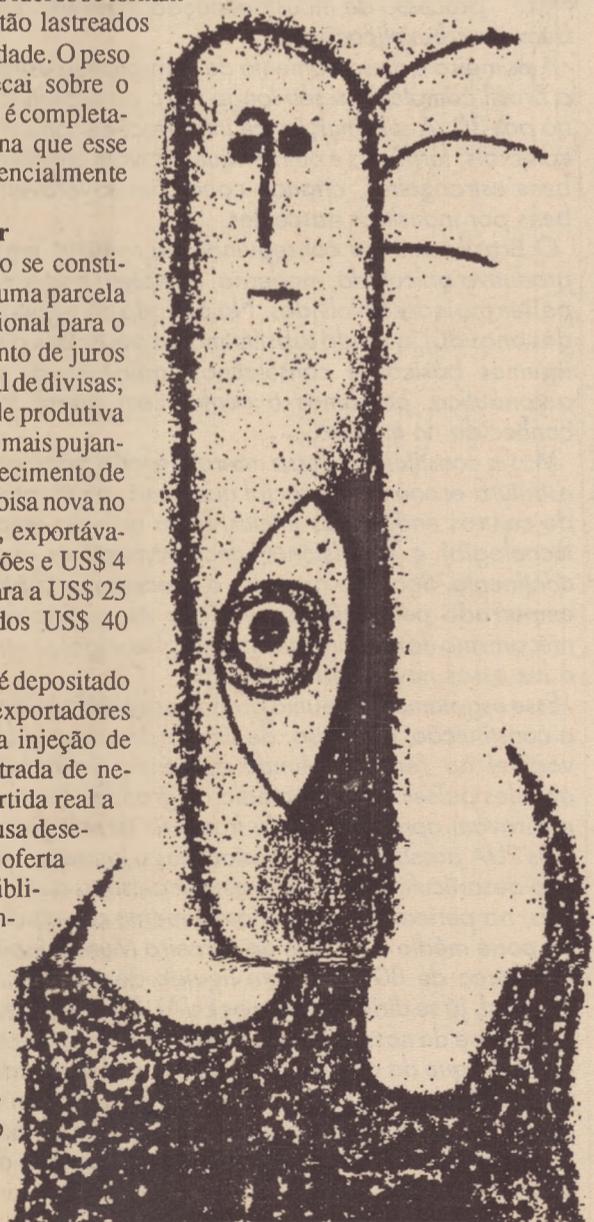
O segundo grande ajustamento se constituiu (a) para sustentar o envio de uma parcela muito significativa da renda nacional para o exterior, sob a forma de pagamento de juros ou de pura e simples remessa ilegal de divisas; e (b) para atrelar parte da atividade produtiva brasileira a mercados de consumo mais pujantes que o nosso. Trata-se do fortalecimento de um expressivo setor exportador, coisa nova no Brasil contemporâneo. Em 1980, exportávamos anualmente entre US\$ 3 bilhões e US\$ 4 bilhões; em 1984, essa cifra passou a US\$ 25 bilhões; hoje estamos na casa dos US\$ 40 bilhões.

Como o pagamento em dólares é depositado no Banco Central e este paga os exportadores brasileiros em cruzeiros, há uma injeção de moeda em circulação, sem a entrada de nenhum bem que sirva de contrapartida real a essa expansão monetária. Isso causa desequilíbrio entre oferta monetária e oferta de bens e aparece como déficit público (como no caso da ciranda financeira, também não diretamente ligado à questão fiscal).

Quanto maior o setor exportador, maior é a oferta de moeda sem lastro, com as consequências inflacionárias que isso traz, a menos que os dólares recebidos pelo Banco Central sirvam para financiar importações. Cada vez que o governo anuncia o superavit da



Porque o empresário vai investir se a compra de papéis do governo lhe garante até 60% de lucro real?

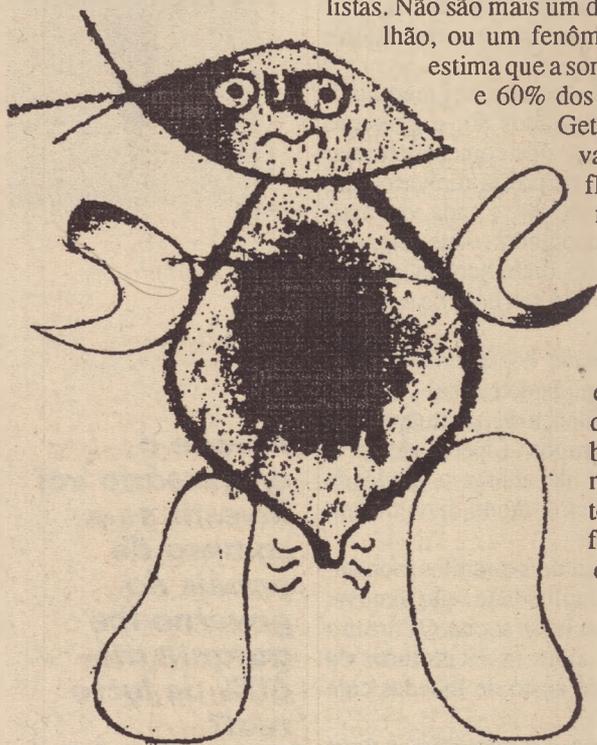


balança comercial de um mês qualquer - nos últimos anos, o superavit mensal foi de US\$ 1,5 bilhões, em média - este é o piso do déficit público daquele mês, expresso em moeda ou em títulos que realimentam a ciranda.

A informalização

A informalização refere-se a um conjunto de práticas que remetem à economia subterrânea as transações intercapitalistas. Não são mais um desvio individual de algum espertalhão, ou um fenômeno marginal. A Receita Federal estima que a sonegação situa-se na faixa entre 50% e 60% dos impostos devidos. Já a Fundação Getúlio Vargas, que é um órgão conservador, estima em US\$ 60 bilhões o fluxo ilegal de divisas para o exterior nos anos 80. Para que possamos imaginar o que isso significa, toda a dívida externa do Brasil com bancos privados não chega a US\$ 50 bilhões.

O Estado perde impostos que equivalem a 4% ou 5% do PIB, o que é uma barbaridade. A principal base dinâmica deste processo é o mecanismo de sub/superfaturamento no comércio exterior, que tem funcionado como a grande porta de entrada de recursos para esse circuito. Esse complexo de operações desvincula o funcionamento da economia e a arrecadação do Estado, agravando terrivelmente o desequilíbrio financeiro desse Estado.



As raízes da crise



ã o há um consenso mínimo entre os economistas brasileiros sobre por que o país mais dinâmico do mundo, que vinha de um acelerado processo de industrialização, capotou. Eu gostaria de me prender em duas macroexplicações.

A primeira é o esgotamento de uma grande estratégia. No início dos anos 80 o Brasil completou o seu longo ciclo de substituição de importações, iniciado no pós-30. A substituição de importações consistiu num conjunto de políticas - cambiais, tarifárias e outras - que visavam bloquear seletivamente o acesso aos bens estrangeiros, criando condições favoráveis à produção interna desses bens por indústrias nascentes.

O Brasil terminou conseguindo reproduzir, em seu território, uma estrutura produtiva articulada, moderna, completa e versátil, bastante semelhante à dos países mais desenvolvidos. No período de vigência do II PND (anos 70 e início dos anos 80), quando substituímos importações de bens de capital e de grandes insumos básicos e constituímos indústrias de informática e de produção aeronáutica, passamos a contar com quase toda a base industrial então conhecida no mundo.

Mas a constituição dessa matriz deveria associar-se à formação de uma nova estrutura econômica e social que, uma vez madura, pudesse gravitar em torno de centros endógenos (inclusive no que diz respeito à criação de ciência e tecnologia) e impulsionar decisivamente o mercado interno de um país-continente. Sob este aspecto, o processo se frustrou. Tendo chegado à base, empurrado pelo Estado, sem que se realizassem reformas sociais, aquele mecanismo de crescimento industrial se esgotou sem conseguir dar à luz essas novas características.

Esse esgotamento de uma grande estratégia se deu junto com a constituição, em curso, de uma ordem internacional desfavorável ao Terceiro Mundo e, dentro dela, especialmente àqueles países de porte médio ou grande, como o Brasil, que aspiravam aproximar-se da fronteira tecnológica.

Os EUA passaram de exportadores a importadores de capital, e isso desarticulou fortemente os mecanismos que estavam disponíveis, no período, para o financiamento da expansão de países de porte médio e grande do Terceiro Mundo (no fim dos anos 80, cerca de 80% do fluxo líquido de capitais, em escala mundial, já se dirigiam para os EUA). Esse segundo aspecto da gênese de nossa crise se traduziu para nós especialmente no choque da dívida, cujos efeitos nos acompanham até hoje. Dele, a consequência mais drástica foi, sem dúvida, a perda de autonomia na definição de nossas políticas, fortemente constrangidas desde então pelo agravamento da dependência financeira.



O controle administrativo dos preços

O quarto grande ajustamento do capitalismo brasileiro é o aumento do peso relativo dos oligopólios. Grandes empresas que concentram a oferta de determinados produtos podem manejar seus preços em sentido inverso ao movimento da demanda, contrariando o comportamento-padrão de um mercado concorrencial. Mas uma oligopolização "virtual" se expande para além das fronteiras dos "oligopólios" reais. Depois de tantos anos de alta inflação, é tamanha a desorganização do sistema e a falta de transparência do mercado, que mesmo empresas pequenas, situadas em setores concorrenciais, não podem definir seus preços senão de maneira especulativa, com margem de erro, evidentemente, para cima.

A esfinge decifrada

Na medida em que ajudam a sustentar as taxas de lucro, todos esses ajustamentos são racionais do ponto de vista microeconômico. Se algum empresário deixar de levá-los em conta, vai à falência, pois sem eles - em diferentes combinações, conforme a posição de cada um - não é possível operar na economia brasileira atual. Mas - eis a tragédia - esses ajustamentos do capital estão na base de todos os desajustamentos pelos quais vem passando nossa sociedade. A soma desses comportamentos "racionalmente" - buscar lucro financeiro, atrelar-se ao setor exportador, informalizar as transações, especular com preços - lança o país na desordem. Não é possível haver equilíbrio macroeconômico numa economia cuja dinâmica é determinada por um setor financeiro desproporcional à base produtiva, um sistema de preços completamente especulativo e um Estado que não consegue nem parar de emitir, nem arrecadar. O resultado é a inflação em altos patamares e, com ela, o colapso do investimento, operação que exige perspectivas minimamente estáveis em prazos médios e longos.

Eis a esfinge decifrada: o tipo de racionalidade capitalista hoje predominante no nível macro destrói a possibilidade de equilíbrio do capitalismo brasileiro no nível macro e reforça aquela microracionalidade empresarial. Por isso é que, em plena crise, formam-se taxas de lucro altas - ou mesmo muito altas -, que não se traduzem no entanto em taxas de investimento igualmente altas. Nesse contexto, não pode haver política econômica eficaz, até porque nenhuma política econômica eficaz, nenhuma economia de mercado pode funcionar se não estiver ancorada num sistema de preços relativos mais ou menos confiável.

Na modelagem clássica das crises, as empresas quebram e o sistema se recicla para voltar a crescer. No Brasil, no entanto, mantida a situação atual, as empresas suportam a crise, enquanto o sistema caminha para quebrar. A forma dessa quebra sistêmica é a hiperinflação, que está inscrita na lógica da crise brasileira e só não veio até hoje por causa de sucessivas intervenções do Estado, através de planos emergenciais que breparam essa tendência em diferentes momentos, sempre de forma precária e provisória.

Chamado a interromper sucessivamente esse processo, o Estado se enfraquece ainda mais, até o ponto de quase jogar a toalha: hoje, por exemplo, o bom ministro da economia, aplaudido pelo empresariado, é aquele que jura que nada fará, que não tem programa nenhum. Talvez seja o fundo do poço (os "pacotes" falharam em conseguir estabilização duradoura, mas é bom lembrar que as políticas gradualistas não conseguiram estabilização de nenhum tipo). Deixada para sua "solução natural" - ou seja, a solução que decorre da racionalidade hoje dominante -, a crise ganhará, mais dia, menos dia, a forma de hiperinflação aberta. Se a recessão não cumpre o papel de queimar gradualmente capital sobrando, a queima será feita dessa outra maneira. Com uma diferença: a hiperinflação não corrói o estoque de capital de forma gradativa, e por isso não atinge apenas alguns. Ela destrói a base produtiva de maneira extremamente condensada no tempo e muito mais radical.

"Irrracionalidade" burguesa

Se tudo isso é verdadeiro, a conclusão que se impõe é que a racionalidade burguesa não tem sido capaz de organizar a nação. Reparem que não estou fazendo uma afirmação dogmática. Sou o primeiro a reconhecer que a racionalidade dessa classe - fortemente amparada na ação do Estado - organizou o processo de industrialização, provocando uma mutação no Brasil e, por essa via, organizando de uma certa forma a nação. Nesse outro contexto, tal racionalidade abria alternativas para outras classes sociais. Numa economia dinâmica, que se

urbanizava e se industrializava, o emprego crescia, a classe média se expandia, a classe operária se constituía e se tornava mais bem remunerada, a produtividade do trabalho aumentava, multiplicavam-se pólos dinâmicos pelo território afora. Muitos setores sociais participam desse processo, e por isso ele conferiu hegemonia à burguesia brasileira.

Hoje, no entanto, a capacidade hegemônica dessa burguesia está bloqueada, no nível das relações materiais entre os diferentes grupos sociais. A racionalidade burguesa não consegue mais articular o conjunto da nação, ou a maior parte dela. É uma racionalidade egoísta, que termina na própria fronteira do capital. Praticamente não se espalha para outras classes sociais, não abre alternativas de conjunto, não estrutura um projeto nacional coerente. Destruí a possibilidade de funcionamento da economia, gera inflação, reproduz a recessão, desorganiza a vida social, desemprega as pessoas, destrói o Estado, degenera as cidades, induz à violência urbana, não permite que reencontremos nossa vocação para o crescimento. Está na base da crise social em que vivemos. Nem mesmo os assalariados que conseguem atrelar sua renda à especulação financeira - como a classe média podem ser completamente cooptados, pois estão apenas se defendendo da crise. Poucos lucraram verdadeiramente com ela, embora lucrem muito.

O debate sobre a nação

Se essa racionalidade desorganiza a nação, lamentavelmente ela ainda organiza o debate sobre a nação: é dentro dos seus limites que a própria esquerda tem operado. Isso traz penosas consequências para a luta política, ideológica e intelectual que se trava no Brasil. Em última instância, paralisa o país e impossibilita a construção de uma alternativa. Perde-se, para começar, a própria dimensão nacional do debate: não se discute mais o Brasil, mas economia brasileira e, dentro dela apenas o setor formal e oligopolizado. E o discutimos sob a perspectiva do curto prazo, que é a única possível nesse contexto. Construído à imagem e semelhança do grupo social que o hegemoniza, é um debate pequeno, mesquinho, dominado por uma construção intelectual espúria, uma "macroeconomia de curto prazo", maior expressão teórica da crise.

Nosso primeiro passo deve ser fazer o caminho inverso. Sair do debate interno do setor oligopolizado e do curto prazo e encontrar o espaço nacional em que devemos voltar a operar. Descobriremos assim, facilmente, um grande país. Com um parque produtivo ainda articulado e quase completo. Com uma população jovem, habituada à produção industrial. Com quadros técnicos em bom número. Com uma agricultura capaz de responder com rapidez a estímulos adequados. Com vasto espaço geográfico, recheado de recursos. Com centros internos potencialmente geradores de dinamismo. Um país dotado de diversas vantagens comparativas, das quais cito três, estruturais: território e recursos naturais, população e contarmos com uma base produtiva moderna.

Dessas três vantagens comparativas estruturais derivam dois princípios importantes: valorizar nossa população e o patrimônio - natural e social - do país, eis os fundamentos últimos da constituição de um novo imaginário nacional, que precisa basear-se numa arraigada crença na viabilidade. Uma crença, de resto, poderosa no inconsciente do nosso povo. Que está cansado. Do pessimismo, da falta de alternativas, da mesmice, da mediocridade. Sob esse ponto de vista, a crise está madura demais, muitas ilusões já foram desfeitas; pede, exige uma solução, que precisa combinar doses de utopia e viabilidade.

Uma nova utopia

Tivemos, até período recente, uma grande utopia, a da industrialização e do desenvolvimento. Ela conquistou os corações dos nossos pais, que experimentaram a boa sensação de que o Brasil era o país do futuro, de um futuro que estava sendo construído: daquele desenvolvimento industrial resultaria a superação do subdesenvolvimento e da pobreza. Hoje sabemos que o modelo adotado, embora exitoso sob certos critérios, mais ocultou do que superou os profundos desequilíbrios sociais do Brasil. Eles voltaram fortemente à tona, de forma dramática, quando nos anos 80 arrefeceu o impulso do crescimento rápido. Aí, a ausência de reformas cobrou o seu preço, com uma explosão de miséria. Perdemos aquela velha esperança, e não podemos nem devemos reconstruí-la. A utopia desenvolvimentista não pode nem deve retornar.

A direita joga suas cartas na alternativa liberal, que não tem potencial estruturante da sociedade brasileira. Das duas,

uma: ou é uma ideologia ridícula e rasteira, como tem sido até aqui, que serve para acobertar a picaretagem; ou, se der certo, consagra uma estruturação muito perversa e fragilizadora na nossa sociedade.

Essa bobagem liberal esgotou-se num período surpreendentemente curto de tempo. No lugar dela, e no lugar do velho desenvolvimentismo, o país precisa constituir uma utopia alternativa, que não pode ser outra senão a utopia centrada na reforma social. Este é o nosso desafio. Não como retórica, mas como projeto, radical e generoso. Radical porque capaz de mexer nos centros dinâmicos da crise; generoso no sentido de não dogmático, aberto ao diálogo com grupos sociais muito diversos e amplos, para constituir em torno de si uma clara maioria. Precisamos nos colocar à altura dessa exigência histórica que a sociedade está fazendo de maneira ainda latente, de modo a transformá-la num projeto conscientemente assumido. Em 1994.

Metas nacionais

A constituição da nova utopia está ligada à recuperação da dimensão nacional e de longo prazo (chaves para a idéia da viabilidade) e à subordinação do debate de política econômica a um debate maior, sobre metas nacionais, dotadas de grande capacidade de universalização. A política econômica vem sendo tratada - inclusive, dentro do PT, e esse é um sinal de que estamos sob o impacto de uma hegemonia que não é nossa - como coisa em si, desvinculada da idéia de metas que não são, nem devem ser, econômicas em si mesmas.

Para pensá-las, não podemos "inventar" uma sociedade. É preciso, ao contrário, observá-la, tentar compreender os movimentos que ela já faz e as forças sociais que nela operam, para interferir neles. Sugiro que pensemos metas para o Brasil tendo em vista cinco grandes referências.

(a) Ainda vivemos um processo de urbanização acelerada, que não tem mais produzido um aumento da produtividade média do trabalho - como o fez, quando a urbanização e a industrialização aceleradas caminhavam em paralelo -, mas uma multiplicação de deseconomias de todo o tipo e uma degradação do tecido urbano. Grande São Paulo e Grande Rio já concentram 20% de toda a população brasileira, e apenas nove regiões metropolitanas - nove pequenos pontos no mapa - concentram 40%. As cidades brasileiras não absorvem mais a população que nelas se multiplica ou que a elas ocorre. Encarar esse problema e reverter o quadro de degradação urbana, sob a forma de políticas nacionalmente articuladas - habitação, saneamento, transporte de massa, equipamentos coletivos, serviços de utilidade pública em geral etc - , é uma primeira meta nacional que antecede e impõe contornos à nossa política econômica.

(b) Outro macromovimento é a centralização da população num quadrilátero que tem como vértices, aproximadamente, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Presidente Prudente e Santos, além da estreita faixa litorânea. Isso nos impede de usar inteligentemente uma de nossas vantagens comparativas estruturais, além de manter nossa sociedade imersa numa dramática luta pelo espaço num dos maiores e relativamente menos povoados países do mundo. É preciso redefinir toda essa relação, abrindo à ocupação e à atividade produtiva grandes espaços, vazios de gente e cheios de propriedade.

(c) A terceira meta que, ao meu ver, antecede a definição de uma política econômica é a necessidade de produzir uma mudança radical no padrão alimentar do nosso povo, completamente degradado. Nenhum motivo de natureza física ou



O debate sobre a crise é dominado por uma "macroeconomia de curto prazo", expressão da hegemonia burguesa.



A remoção do entulho financeiro exige a desvalorização de certas dívidas.

tecnológica nos impede de dar esse salto em prazo relativamente curto, combinando - na forma de uma política de segurança alimentar, como vem sendo defendida pelo PT - políticas agrária, tecnológica, de estocagem e de comercialização.

(d) Em quarto lugar, é preciso deter a degradação da infraestrutura instalada. Setores-chaves, como os de energia e transportes, normalmente ligados a investimentos do Estado, têm um imenso poder multiplicador sobre todo o sistema econômico - repassando fortemente, para o conjunto, sua própria eficiência ou ineficiência - e praticamente não se renovam há pelo menos dez anos. Estamos vivendo da infraestrutura criada até os anos 70, sucateando-a, criando imensos gargalos físicos à retomada do crescimento. Em futuro próximo, esses gargalos talvez se mostrem mais graves do que os monetários, que têm concentrado nossa atenção.

(e) O quinto grande ponto é recuperar os sistemas de educação e saúde públicas. Não vou me estender sobre isso. São elementos centrais da cidadania e da modernidade.

Esses cinco pontos articuladores colocam no centro do debate, naturalmente, a questão social, o longo prazo, a necessidade de reformas. Numa palavra, o Brasil. E trazem em si, embutida, a possibilidade de constituirmos um bloco social muito amplo em sua defesa.

O problema da estabilização

Isso não nos livra de enfrentar o problema da estabilização, que é grave. Para tal, é preciso desmontar aqueles quatro grandes ajustamentos, que são o centro dinâmico da crise - o que necessariamente exigirá uma luta política feroz -, *colocando algo em seu lugar*. Não é possível dissociar essas duas dimensões de ação, uma negativa, outra positiva. A oposição ao nosso projeto será tanto menos encarniçada quanto maiores forem as alternativas que ele abrir.

Não se estabiliza primeiro para depois pensar um projeto nacional. Ao contrário, ao sinalizar esse projeto, criam-se novas condições para a estabilização. Pois o Estado não conseguirá recuperar sua capacidade de articulação enquanto não for capaz de estabelecer claramente - não só no seu discurso, mas na sua ação prática - qual é a fronteira da retomada. Essa articulação envolve arbitrar conflitos, definir perdas e ganhos. A remoção do entulho financeiro que nos paralisa exige, por exemplo, a desvalorização de certas dívidas - tal como foi feito pelos governos conservadores, traiçoeiramente, com o FGTS, a Previdência Social e outras dívidas sociais -, e exige um Estado dotado de força política para se sobrepôr a fortes interesses privados. Enquanto não se souber claramente que setores vão liderar o novo crescimento, enquanto a dimensão propositiva do projeto não se impuser, é impossível fazer essa arbitragem, impondo perdas, sem se deparar com resistências desesperadas e potencialmente desestabilizadoras.

Que política econômica é capaz de permitir que busquemos a estabilização e tenha-

mos fôlego para enfrentar aquelas cinco grandes questões? Tendo em vista a análise que fiz anteriormente, indico algumas características, que não passam de um programa de investigação a ser aperfeiçoado, estudado e detalhado, para dar lugar a um projeto dotado de coerência macroeconômica. Devemos, ao meu ver:

(a) Considerar a formação de um forte mercado interno de massas a nova idéia-força do crescimento brasileiro. Assim como a substituição de importações foi a idéia organizadora da nossa industrialização - articulando projetos, conferindo racionalidade a ações econômicas diferenciadas -, hoje a constituição desse mercado de massas poderá cumprir o mesmo papel, permitindo acoplar, num mesmo projeto, distribuição de renda e dinamismo econômico. Devemos considerá-lo a fronteira dinâmica de uma nova fase expansiva e estudar o significado disso em termos de políticas industrial, agrícola e tecnológica, entre outras, necessárias para dar suporte ao aumento gradativo e permanente da participação do trabalho na renda nacional.

(b) Retomar o investimento do Estado, indutor do crescimento, para arrastar atrás de si o investimento privado; isso pode ser feito, por exemplo, redirecionando os vultuosos recursos que hoje subsidiam a formação do saldo comercial, combatendo a sonegação, consolidando as dívidas internas como um todo e promovendo uma grande reforma dos fundos estatais ou paraestatais de financiamento; a proposta feita por Maurício Pimentel e Fernando da Matta, de Minas Gerais, de acoplar as empresas estatais produtivas aos grandes fundos formados com recursos dos trabalhadores deve ser cuidadosamente estudada.

(c) Redefinir a estrutura, o peso relativo e a forma de inserção do setor financeiro e do setor exportador na nossa economia; esses setores só podem operar com o seu peso atual, da forma como operam, no quadro de uma economia em crise e com alta inflação. Os recursos assim liberados nos garantiriam uma folga, ou para conter a expansão da base monetária e do déficit público - com consequências recessivas -, ou para recompor a capacidade de financiamento de setores mais importantes dos pontos de vista social (alimentos p. ex.), do efeito multiplicador sobre o nível de atividade (construção civil p. ex.) ou estratégico (energia p.ex.).

(d) Como decorrência do ponto anterior, decretar a moratória da dívida externa, negociando isso da melhor forma possível no contexto internacional. Trata-se de decisão traumática, mas, como vimos, necessária e possível. Ao levar a substituição de importação até os setores de base, o país modificou o quadro estrutural de suas contas externas, passando a contar, pela primeira vez na história, com uma balança comercial estavelmente positiva. Isso reforça nossa posição internacional, mesmo sem a geração de megassuperávits.

(e) Combater a informalização da economia brasileira, se preciso com o controle sobre o comércio exterior.

(f) Impedir que o processo de formação de preços nos setores oligopolizados continue conferindo a esses setores um sobrepoder; lançar mão, para isso, de câmaras setoriais, não descartando a possibilidade de exercer controle diretos de preços.

(g) Recuperar a unidade monetária nacional, com eliminação da moeda indexada, principal instrumento da reciclagem da heterogeneidade social; separar claramente moeda e poupança.

(h) No contexto de uma política de segurança alimentar, deslanchar um processo de reforma agrária, com metas bem-definidas e dentro de uma visão estratégica de reordenação da ocupação territorial, que democratize o acesso à propriedade, absorva mão-de-obra no campo, abra novas fronteiras agrícolas e aumente a produção de alimentos.

(i) Propor e articular um novo pacto federativo que confira coerência à ação do poder público como um todo.

(j) Definir uma ativa política tecnológica que priorize a elevação da produtividade média (e não apenas marginal) do trabalho em nossa sociedade, sem perder de vista os objetivos estratégicos do emparelhamento. Isso significa: (a) difundir tecnologias já dominadas, primordialmente em apoio à base produtiva (industrial e agrícola) voltada para atender um mercado em ascensão; (b) dominar tecnologias-chaves da reorganização da base produtiva contemporânea, especialmente a informática e suas aplicações; (c) capacitar o país a explorar melhor seus próprios recursos (como o imenso potencial farmacológico da Amazônia) e enfrentar seus próprios problemas (como o das doenças parasitárias, secundárias no Primeiro Mundo)



Assistência social em debate

ROSALINA SANTACRUZ

Com o agravamento da pobreza, da miséria e da violência urbana ganha importância a discussão sobre as condições de vida e trabalho de amplas parcelas da população que não têm acesso aos bens e serviços públicos essenciais (saúde, educação, moradia), os excluídos da riqueza produzida pela sociedade que não conseguem sequer suprir suas necessidades mínimas de sobrevivência. A política de assistência social é dirigida prioritariamente a esta parcela da classe trabalhadora (aqueles que não têm renda ou que recebem até quatro salários mínimos).

A assistência social é geralmente confundida com assistencialismo e talvez por isso tenha sido tão pouco considerada pela esquerda que a tem relegado ao campo das questões menores. Esse é o caso tanto dos setores que acreditavam que a explosividade decorrente da miséria levaria ao desenvolvimento da consciência social como daqueles que só atuavam junto ao operariado e aos setores organizados da classe trabalhadora. Essa postura só fortalece as posições mais atrasadas no conjunto das práticas no terreno da assistência, que reduzem a política de assistência a uma posição subalterna frente às demais políticas sociais. Ela caracteriza-se, em geral, pela dispersão e multiplicidade de ações institucionais pontuais e emergenciais, quando não, filantrópico e demagógico.

Por outro lado a ausência de uma política de assistência social construída no campo das forças progressistas e socialistas, tem reduzido-a a uma ação marginal e compensatória de atendimento aos excluídos que sempre serviu para fortalecer as práticas de tutela e clientelismo, transformando suas ações em fontes seguras de votos, de massa desorganizada e extremamente necessitada, para os projetos políticos das classes dominantes.

Nossa perspectiva tem como primeira diretriz a defesa dos direitos sociais e a construção da cidadania dos excluídos, negando a tutela e o assistencialismo. Isso conduz a uma segunda diretriz, buscar uma prática que resgate as estratégias coletivas de resistência da população mais pauperizada, incentivando a consciência política de seus direitos sociais e superando a tradição de atendimento individualizado e paternalista.

Com essa prática, o atendimento assistencial deixa de ter o sentido de amenizar tensões sociais e levar as pessoas à passividade. Pelo contrário, busca-se restabelecer nessa população sua capacidade de lutar pelos seus direitos e de não receber a assistência social como um favor, facilitando o acesso dessa população aos bens e serviços existentes.

Assistência e previdência

A assistência social foi definida como um direito pela atual Constituição, que prevê a todo cidadão o direito de ser assistido pelo Estado no suprimento de suas necessidades básicas e na cobertura do mínimo necessário a sua sobrevivência. Este direito deve ser assegurado a todos que por contingências pessoais ou sociais não têm condições de sustentação.

A assistência social passa a compor, juntamente com os serviços de saúde e os da previdência, o tripé da seguridade social brasileira. Como parte da seguridade, a assistência social organiza políticas que buscam estender os direitos sociais à todos os trabalhadores, inclusive o direito a renda mínima.

Uma das diferenças da previdência é seu público: a previdência abrange fundamentalmente os trabalhadores do mercado formal (e aqueles do mercado informal, como autônomos ou empregadas domésticas, que para ela contribuem). É aí que se tem o acesso ao salário-desemprego, aos serviços médicos, à renda mínima na forma como proposta.

A assistência é dirigida aquela parcela da classe trabalhadora que está desempregada, subempregada, que por contingências pessoais ou sociais não consegue o mínimo para sua sobrevivência e esta fora da previdência, no patamar de

miséria. Aí, o Estado tem, muitas vezes, que assumir papéis próprios da família ou do indivíduo, como o apoio que se dá a crianças e adolescentes que vivem na rua.

Temos um sem número de situações, como o auxílio a vítimas de desastres, o subsídio à formação de cooperativas de desempregados, à formas de produção associada, centros de convivência ou reintegração de ex-condenados pela justiça, etc.

Reconhecida constitucionalmente pela primeira vez como uma política pública, a assistência social deixa de ser uma ação eventual da rede filantrópica e de solidariedade passando a ser um dever do Estado e se constitui em um direito reclamável, assegurado em lei. □

Rosalina Santacruz é professora da PUC/SP e foi secretaria municipal do bem-estar social de São Paulo na gestão do PT.



A lei orgânica da assistência

A luta pela regulamentação da "lei orgânica da assistência" a nível nacional, vem mobilizando setores expressivos de profissionais dessa área, associações de classe, sindicatos e movimentos sociais.

O seminário "Assistência social brasileira na década de 90", realizado em São Paulo, nos dias 3 e 4 de julho de 1991 e organizado pela secretaria municipal do bem-estar social aprovou diretrizes para intervirmos neste debate.

Defendemos uma legislação que:

- Conceba a assistência social pública com um campo de atendimento a necessidades básicas por meio do fornecimento de bens e serviços e de mecanismos de transferência de renda (mínima) aos setores mais pauperizados da classe trabalhadora, onde se insiram as demandas particularizadas;

- Conceba a assistência social pública como um dos mecanismos de acesso aos serviços e de luta permanente pela apropriação de instrumentos e recursos que assegurem o exercício dos direitos sociais, civis e políticos;

- Assegure, por meio de estrutura democrática e participativa, o apoio às várias iniciativas autônomas de organização, luta e resistência coletiva das parcelas mais pauperizadas dos trabalhadores;

- Em que a assistência social assuma o estatuto de política social integrante das demais políticas públicas;

- Articule a reivindicação pela ampliação e melhoria dos serviços públicos ao

direito dos trabalhadores de interferir e de participar na gestão, fiscalização e aplicação dos recursos públicos;

- Assegure, na perspectiva do benefício social, a renda mínima aos trabalhadores que dela não puderem usufruir pela oferta de trabalho remunerado;

- Especifique, no âmbito dos serviços assistenciais, além das atividades emergenciais, ações de caráter regular e contínuo organizadas em uma rede de serviços;

- Determine a reorganização dos serviços assistenciais em todo o país, impedindo a fragmentação e sobreposição das três esferas de poder;

- Estabeleça a gratuidade total dos serviços prestados por entidades subvencionadas pelo poder público;

- Assegure a democratização da gestão das instituições assistenciais e a descentralização política e administrativa, com adoção de estratégias e mecanismos que fortaleçam o poder popular local;

- Efetive a municipalização do atendimento na direção da racionalização e otimização dos recursos, bem como do incremento da participação popular na formulação de políticas no controle de sua execução e que a transferência de atribuições esteja sempre acompanhada dos recursos correspondentes;

- Estabeleça as competências e as atribuições das três esferas de governo;

- Assegure as formas e fontes de financiamento dos serviços assistenciais".

A UNE na corda bamba

DARLAN MONTENEGRO

A UNE depara-se com a perspectiva de uma democratização radical ou de voltar a atrofiar-se.

O Movimento UNE Democrática, MUDe, é expressão de um campo democrático no movimento estudantil.

De 9 a 13 de junho, será realizado, em Goiânia, o 43º Congresso da UNE. A grande expectativa que cerca o evento é totalmente justificada. Após anos de reconstrução no quase anonimato, a entidade recuperou grande parte do seu prestígio, em função de alguns posicionamentos acertados na conjuntura que levou o governo Collor ao seu fim e, principalmente, em função da imobilidade generalizada do movimento popular que permitiu que os estudantes fossem os principais (quase ou únicos) agentes organizados na luta pelo *impeachment*.

A questão que se coloca para o conjunto do movimento estudantil no primeiro CONUNE após a inesperada retomada de fôlego do ano passado é transformar este processo num salto de qualidade em termos orgânicos, criando condições mais perenes para uma intervenção concreta na disputa de hegemonia dentro das universidades, já que por mais positivas que tenham sido as manifestações de 1992, não se pode esperar um "Fora Collor" por ano.

No 43º CONUNE, fundamentalmente dois caminhos se apresentam para a UNE. De um lado, estão aqueles que acreditam que o crescimento nominal da entidade, ao contrário de resolver os problemas de descompasso entre a UNE e os estudantes nas salas de aula, aprofundou muito essa distância. O caminho para a UNE seria a democratização radical e uma reciclagem histórica, no sentido de compreender a pluralidade das formas de participação que, para terem vitalidade, não podem ser subordinadas.

No outro lado, encontramos aqueles que acreditam que o impulso gerado pelo "Fora Collor" é suficiente para fortalecer definitivamente a entidade e recolocar a UNE no papel que ocupava nos anos 60. A vitória deste setor no próximo congresso significaria o atrofiamento quase irrevogável da entidade, uma vez que a representatividade que ela necessita para ser um instrumento eficiente de disputa hegemônica, não pode se efetivar numa relação de mandonismo e centralização de decisões.

Democráticos e populares?

Subordinada à nossa visão estratégica de que a entidade cumpre a função de instrumento dos estudantes e não de gerenciamento de suas atividades, devemos apontar a conjuntura que se dará a disputa no CONUNE.

A revisão constitucional marcada para o final do ano e as eleições gerais de 1994 nos colocam, num plano mais geral, no mesmo campo que o PCdoB: o campo democrático e popular do qual o MR8, obviamente, não faz parte. O prestígio adquirido pela UNE não deve ser desperdiçado nesses dois processos. Barrar os recuos que os setores

conservadores tentarão impor na revisão constitucional e afirmar um projeto de universidade democrática e popular nas eleições de 94 são tarefas fundamentais de nossa entidade.

Nesse sentido, é conveniente lembrar que a proporcionalidade da UNE é uma conquista histórica e um avanço democrático. Porém, a proporcionalidade deve ser compreendida como o gerenciamento coletivo de um projeto plural. Não como um fórum de tendências e partidos, como é hoje, onde concepções tão antagônicas quanto as do PT e as do MR8 convivem de forma apenas nominal, uma vez que não é possível nenhum tipo de trabalho conjunto com setores que se colocam em campos opostos na disputa de hegemonia na sociedade.

MUDe

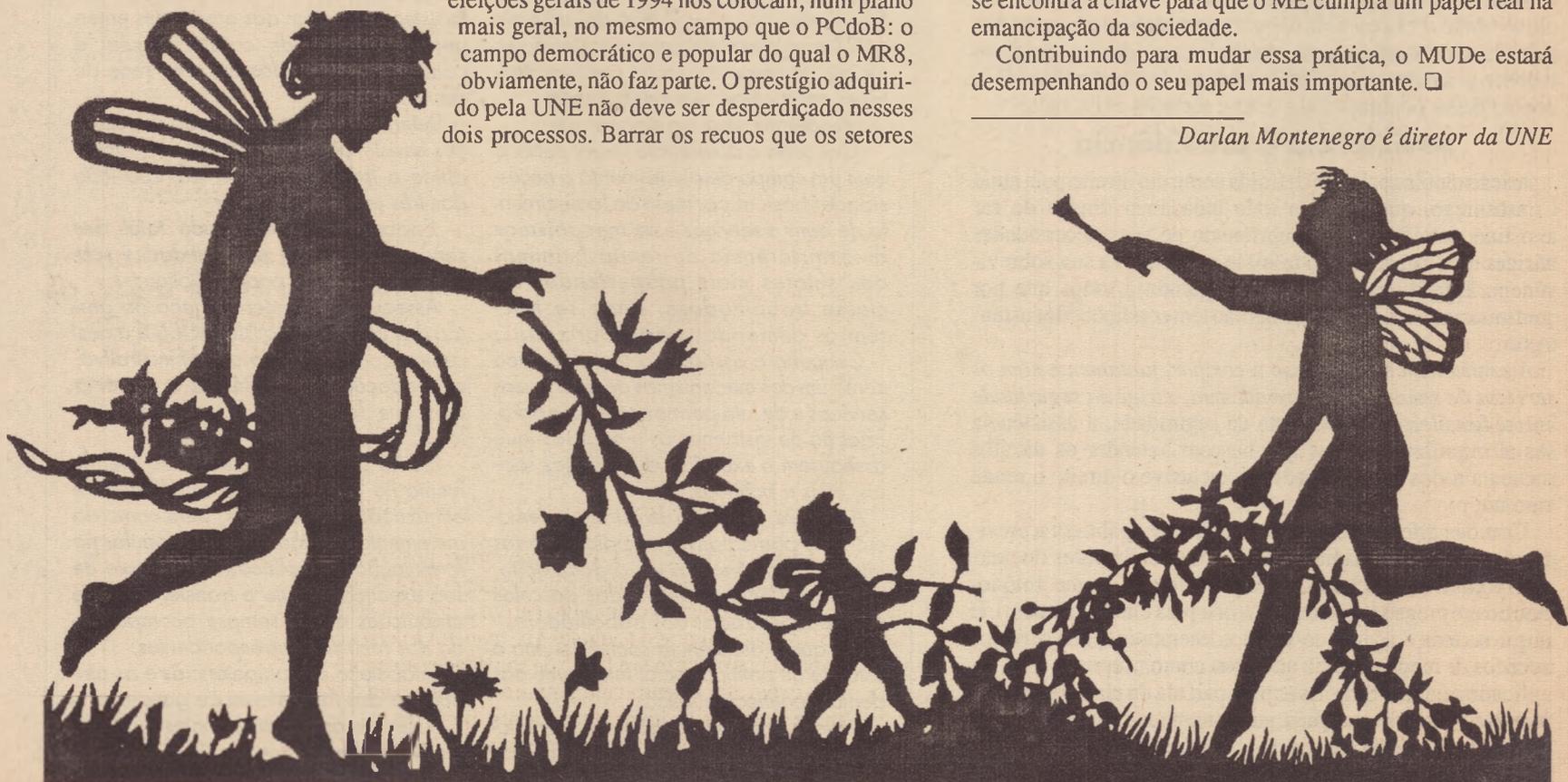
A iniciativa de compor um campo democrático no movimento estudantil se apresenta como a mais acertada e coerente medida que tomamos nos últimos anos. Por um lado, é um acerto de contas com as contradições que vinhamos carregando entre a retórica democrática e o mandonismo partidário. Por outro, significa a oportunidade histórica de afirmar-mos uma concepção democrática de movimento estudantil, através da disputa em todos os níveis: na UNE; nas entidades estudantis de um modo geral; no cotidiano do movimento.

Nesse sentido, o processo de afirmação do Movimento UNE Democrática (MUDe) deve ser compreendido em dois momentos: o primeiro se dá desde o seu surgimento até o Congresso da UNE. Neste período, a construção de um bloco de propostas que visem apresentar uma alternativa de oxigenação para a principal entidade estudantil do país deve ser a tônica. Como carro-chefe dessas propostas, as eleições diretas para a diretoria da UNE devem ser compreendidas como um instrumento fundamental de solidificação da UNE nas universidades e faculdades.

O momento seguinte, é o de consolidação do MUDe como um espaço de discussão de novas formas de intervir no ME, independente do resultado do 43º CONUNE. A simples vitória congressual do campo democrático e a eleição de diretores comprometidos com esse campo não garante de forma alguma a democratização do movimento. O autoritarismo está arraigado em nossa prática social no ME. Ele se manifesta cotidianamente. Modificar as estruturas excludentes do movimento, a nível nacional, é fundamental, mas é na construção de uma nova prática de atuação e organização que se encontra a chave para que o ME cumpra um papel real na emancipação da sociedade.

Contribuindo para mudar essa prática, o MUDe estará desempenhando o seu papel mais importante. □

Darlan Montenegro é diretor da UNE



Deve-se ser radical?

OSSI *DRILLBOUT*

O conflito armado em El Salvador - ou, mais precisamente, a "paz armada" saída dos acordos de New York, de abril - foi oficialmente encerrado em 15 de dezembro de 1992. Neste dia, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) desmobilizou seus últimos combatentes, transformando-se em partido político legal. Entretanto, numerosas outras cláusulas dos acordos assinados não foram ainda aplicadas e permanecem em suspenso, a começar pela depuração do exército de seus oficiais mais implicados nos massacres e violações dos direitos humanos cometidos durante os doze anos de guerra. Ora, a questão da desmilitarização da sociedade salvadorenha foi o principal obstáculo no longuíssimo processo de diálogo-negociação entre o governo e a FMLN.

Os acordos de New York previram, entre outras medidas, o estabelecimento de duas comissões: a comissão *ad hoc* encarregada de investigar os crimes perpetrados pelos oficiais do exército salvadorenho, com o objetivo de depurá-lo; e a Comissão da Verdade, cuja missão era recolher o máximo possível de informação sobre todas as violações dos direitos humanos cometidos tanto pelas diversas forças governamentais (exército, paramilitares, esquadrões da morte) como pela FMLN, para que a verdade e a justiça sejam feitas.

No dia 31 de dezembro último, o presidente Cristiani divulgou suas decisões concernentes às recomendações da comissão *ad hoc*, que estabeleceu uma lista de mais de cem oficiais para serem "depurados", lista que não foi publicada mas que todos sabem que é encabeçada pelo nome do ministro e do vice-ministro da defesa, os generais Ponce e Zepeda. No primeiro comunicado da presidência, não havia o menor traço de qualquer depuração. Algumas mudanças administrativas, não mais. Isso provocou a fúria de Boutros-Ghali, que enviou, em nome das Nações Unidas, uma nota muito seca deplorando que Cristiani não tenha aplicado as recomendações da comissão, como havia se comprometido.

Depois deste chamado à ordem pouco habitual por parte da ONU, Cristiani viu-se obrigado a anunciar uma depuração parcial... que deixava em seus lugares os quinze oficiais mais importantes, entre os quais o ministro e o vice-ministro da defesa. Argumentando a estabilidade e a reconciliação nacional, Cristiani cedeu uma vez mais às pressões dos militares.

Desacordos na FMLN

A FMLN respondeu a esta situação com um comunicado muito ambíguo. Ele qualificava as decisões de Cristiani de "primeiro passo numa boa direção", ainda que insuficiente. Uma ambiguidade magistralmente criticada pela Universidade da América Central (UCA), dirigida por jesuítas que foram assassinados em 1989 e que permanece ainda hoje uma bússola política e ética. Uma ambiguidade que se explica pela aparição de sérias divergências no interior da própria Frente.

Dois organizações da FMLN, a Resistência Nacional (RN) e o Exército Revolucionário do Povo (ERP, cujo principal dirigente é Joaquín Villalobos), estavam dispostas a negociar a depuração contra terras para seus ex-combatentes, vantagens materiais para seus dirigentes e um canal de televisão. As direções destas duas organizações explicaram à imprensa, utilizando os mesmos argumentos de Cristiani, que não se deveria humilhar os militares, que tem que se pesar os interesses da transição, da reconciliação, da estabilidade, etc. As três outras organizações da Frente - FPL, PC, PRTC - sustentam que a depuração não é negociável, mas concederam um prazo de seis meses para o presidente Cristiani.

Como explica a UCA, a FMLN não se engrandeceu nestas negociações de bastidores com a presidência. A depuração das forças armadas não é uma questão negociável por razões políticas e morais. Por respeito às vítimas e suas famílias. Por que é a condição para que o país se liberte do militarismo. Os acordos de New York representam um mínimo que deve ser aplicado integralmente e são propriedade do povo salvadorenho. Não pertencem nem ao governo, nem a FMLN para que eles possam questioná-los.

Os desacordos que surgiram no interior da FMLN sobre a depuração colocam o problema mais geral da evolução política de toda uma parte da Frente ao redor das posições defendidas por Joaquín Villalobos, que começou a desenvolver concepções extremamente perigosas. Em um seminário sobre a reconciliação, organizado pela Corte Suprema de Justiça, ele traçou um paralelo entre a ação dos "dois lados", para chegar à conclusão de que o exército e a FMLN deveriam "pedir perdão à nação". A guerra não foi, portanto, mais do que uma aventura à qual a FMLN não deveria haver se lançado? Pode-se colocar no mesmo plano (em quantidade e qualidade) os crimes cometidos pelo exército ou pelos paramilitares e os da FMLN sem ofender gravemente a realidade destes doze anos de combates?

Villalobos destacou-se ainda no debate em torno da *finca* El Espino. Trata-se de uma cooperativa de café, situada na periferia de San Salvador, que joga, segundo as organizações ecologistas, o papel de pulmão da capital. A questão do suprimento de água tornou-se absolutamente vital em Salvador. Ora, as famílias Poma e Duenas (duas das quatorze "grandes famílias" oligárquicas que são "donas" do país) querem urbanizar e construir um luxuoso centro comercial nesta região. Elas prometeram mundos e fundos aos camponeses da cooperativa em troca de suas terras. Até agora, graças ao nível de organização da cooperativas e às mobilizações das organizações ecologistas e populares, a *finca* El Espino (e a água de mais de um milhão de pessoas) puderam ser defendidas. O dirigente do ERP achou de bom tom explicar aos camponeses da cooperativa que eles não deveriam ser tão inflexíveis e deixar passar uma oportunidade de se enriquecerem. Além disso, Villalobos reprovou, em um debate de televisão, o radicalismo de Ricardo Navarro, dirigente da organização ecológica mais consequente do país, o Centro Salvadorenho de Tecnologia Adequada.

A questão das alianças

A FMLN está hoje em pleno debate sobre a estratégia eleitoral. A FPL defende a constituição de uma aliança de esquerda principalmente com a Convergência Democrática. Sua fórmula presidencial seria: Ruben Zamora (dirigente da Convergência) e, como candidato a vice-presidência, Facundo Guardado, da Frente. O ERP e a RN sustentam que deve-se estabelecer uma aliança mais ampla, para além da democracia-cristã, com os setores do capital capazes de modernizar o país. Para Joaquín Villalobos, principalmente, a esquerda seria um quadro muito estreito, uma camisa de força. Para o ERP e a RN, deveria existir um candidato de "reconciliação" e de "transição". O nome de Roberto Murray Meza, empresário da indústria de cerveja e favorito da embaixada norte-americana, foi citado inúmeras vezes. Ele tem partidários em todas as correntes políticas, da ARENA na extrema-direita à FMLN.

A evolução de um setor da FMLN para as novas posições de Joaquín Villalobos (sintetizadas em um pequeno livro, *Revolução no seio da esquerda*) coloca em perigo a unidade desta frente e enfraquece o campo daqueles que mantêm a perspectiva de uma transformação "radical" da sociedade salvadorenha. Esta evolução é, entretanto, muito recente para ser considerada como definitiva; as posições finais frente às próximas eleições permitirão um julgamento mais conclusivo. □

Quatro meses após a desmobilização da FMLN, o exército não foi depurado.



San Salvador, 1980: trinta e oito mortos no funeral do cardeal Romero

Divergências cada vez mais profundas manifestam-se na Frente, entre o ERP e a RN, de um lado, e a FPL, o PC e o PRTC, de outro.

A esquerda e os ecologistas

SAMI JOSHUA

A conferência do Rio em 1992 colocou em destaque os problemas ecológicos. Mas foi, por sua própria natureza, incapaz de respondê-los. Nela, os interesses das grandes potências, e especialmente dos Estados Unidos, impediram que qualquer medida séria fosse tomada. Mas o simples fato de que a conferência tenha ocorrido é um sinal da crescente pressão pública sobre as questões ecológicas.

A esquerda revolucionária mal começou a abordar estes temas e já está confrontada com um problema de fundo - a existência de movimentos que apresentam uma nova visão política de conjunto baseada na ecologia, que frequentemente contém uma crítica radical da sociedade existente. Vamos discutir os problemas postos pela relação da esquerda com os ecologistas, principalmente nos países centrais.

Deterministas X possibilistas

Há duas principais escolas de pensamento sobre as relações da humanidade com a natureza: os *deterministas*, que acreditam que o meio-ambiente determina mais ou menos o que as pessoas podem fazer com a natureza, e os *possibilistas*, que não visualizam limites inevitáveis intrínsecos.

Os deterministas foram desmentidos pela história, na medida em que os séculos recentes mostraram em que medida o ambiente pode realmente ser transformado. Entretanto, o determinismo retornou no nível ideológico - a mudança pode ser real, mas envolve a ruptura de um tabu e um preço deve ser pago por isso. Os socialistas não tem nada em comum com esta perspectiva, que apoia o crescimento de todo tipo de atraso e impossibilita procurarmos novas soluções para os problemas da humanidade.

O marxismo sempre tendeu ao possibilismo. Isso deriva de uma ênfase unilateral na importância dos fatores sociais na determinação dos limites do possível nas relações com a natureza. Toda a literatura marxista é marcada por esta tendência, em particular quando trata dos limites da habilidade humana em dominar a natureza. É curioso, a este respeito, que ninguém duvide da existência de limites físicos, mas se questione a existência de limites biológicos ou mesmo geológicos. "Todos os corpos se atraem na relação direta de sua massa e na proporção inversa do quadrado de sua distância" - alguém perdeu o sono por causa desta lei?

Temos agora que admitir que restrições similares existem em nossa relação com a natureza, como compreendidas de um ponto de vista ecológico. Elas formam um limite adicional a onipotência humana, mas seu reconhecimento é também uma condição essencial para ultrapassá-las.

Mas aceitar estes limites não é, em absoluto, aceitar a noção de harmonia natural. A paisagem, a flora e a fauna da maioria do planeta dependem hoje da atividade humana. Este processo já antigo só pode ser acelerado. Isso significa que seja lá o que for a harmonia natural ela foi perdida, pelo menos enquanto a atividade humana não é incluída na definição desta harmonia.

Objetos complexos

Claro, os objetos com os quais a ecologia lida são complexos. Um estudo ecológico mesmo de um sistema muito simples tem que levar em conta um grande número de fatores. Em consequência, o pano de fundo teórico dominante na ecologia é o da dinâmica dos sistemas, isto é, o estudo de objetos complexos e sua dinâmica de desenvolvimento através da interrelação de suas partes componentes e suas relações com outros sistemas. A maioria dos sistemas deste tipo evolui para sua destruição; alguns evoluem em direção à harmonia.

A física pode prever como um sistema evoluirá. Graças à teoria do caos, está se tendo sucesso crescente em prever como evoluirão situações intermediárias entre os dois extremos. Por outro lado, a ecologia, apesar dos avanços teóricos, permanece até o momento lidando com o passado - um

sistema durável tem boas razões para estar em harmonia e busca-se (frequentemente com sucesso) as razões para um colapso súbito. A teoria do caos tende a oferecer um panorama pessimista em perspectivas de médio prazo.

Mas a ciência move-se rápido e isso também pode mudar. O resultado de uma abordagem ecológica perturba a noção de "dominação da natureza", mas apenas no mesmo sentido que qualquer revolução científica faz. Ela não questiona o caráter especial da atividade humana, que submete a natureza e a faz trabalhar em benefício da humanidade (o que implica compreender os limites que ela impõe).

Sem saída

Aceitar a revolução promovida pelo capitalismo significa reconhecer que não há caminho de volta para trás. A maioria dos movimentos ecológicos fala, então, da necessidade de "outras relações com a natureza" e do "eco-desenvolvimento" ao invés de procurar uma mítica harmonia natural. Mesmo o eco-desenvolvimento é um tipo de desenvolvimento, o que significa dizer que é uma forma superior e não inferior de controle da natureza.

Assim, devemos ser capazes de dispensar um certo floreado demagógico que agrada o público mas que tem bases puramente ideológicas. É o caso da noção de "solidariedade entre espécie" como proposta por certos ecologistas. Ninguém questiona que o desaparecimento de espécies animais ou vegetais é uma perda irreversível que prejudica seriamente o uso futuro da diversidade genética. Mas pode-se falar de solidariedade no sentido pleno do termo?

A própria ecologia concebe o equilíbrio de um ecossistema como o produto de uma luta entre espécies tanto como da cooperação entre elas, distante de qualquer forma de solidariedade entre espécies. O núcleo racional desta idéia é que - ao contrário da crença que está subjacente à milhares de anos de práticas humanas - a intervenção em um ponto do ecossistema tem um impacto em toda a cadeia e portanto um custo potencial. Esta noção implica em um retorno imediato à realidade; é necessário não apenas levar em conta este custo mas também abandonar toda idéia de que qualquer solução definitiva é possível, mesmo quando a situação cotidiana parece sob controle - como, por exemplo, no surgimento de resistência a inseticidas e antibióticos.

Intervenção razoável

Um acordo pode ser alcançado em torno da noção de uma intervenção razoável na natureza. Mas esta noção necessita ser precisada. Como nós decidiremos o que é razoável neste caso? Muitos ecologistas dizem que devemos perguntar aos cientistas, da mesma forma que os signatários do manifesto "anti-ecologista" de Heidelberg. Assinado por cientistas e outras celebridades, este manifesto ataca "o surgimento de uma ideologia irracional oposta ao progresso científico e industrial e danosa ao desenvolvimento econômico e social".

Neste documento, uma verdadeira galáxia de prêmios Nobel alertam para as "escolhas irracionais" propostas pelos ecologistas e propõe prestar atenção ao que diz a ciência. Mas isso significa sua própria ciência, que eles pretendem ser a única verdadeira ciência, oposta das alarmistas previsões ecológicas difundidas por uma mídia de massa ignorante e indiscriminatória.

Na realidade, a ciência não oferece os elementos para todas as decisões, incluindo algumas daquelas absolutamente cruciais. A política permanece como a esfera para as escolhas envolvendo o futuro da humanidade e, apenas, mapear e perseguir novas escolhas com todos os riscos que isso traz pode abrir novas perspectivas realistas - através de um processo de constante retificação.

Os ecologistas afirmam que o desmatamento do planeta, as taxas de crescimento da produção, de bens materiais e as taxas de crescimento da população estão nos encaminhando em direção a uma catástrofe. Embora não possamos estar seguros de que eles estão certos neste ou naquele ponto, a comparação estatística do ritmo acelerado deste processo impõe uma reflexão. Mesmo se abstratamente os países da



Reconhecer a existência de limites ecológicos não significa aceitar a noção de harmonia natural.

A ciência não oferece os elementos para todas as decisões. A política continua sendo a esfera insubstituível de escolhas sociais.

África podem suportar a mesma população da Holanda, é difícil visualizarmos que milagre pode realmente suportar o tal crescimento populacional sob qualquer regime social imaginável.

Ideologia produtivista

Para os ecologistas, combater estas tendências também significa combater a ideologia produtivista que sustenta que um crescimento na riqueza material é um bem por si mesmo. Os ecologistas estão, de certa forma, fazendo um chamamento a uma mudança nos princípios do cálculo econômico, para que ele integre custos de produção indiretos e de longo prazo, enquanto esperam estimular um debate sobre a direção da produção.

Esta demanda também é nossa. Em minha opinião, o abandono do produtivismo não diz respeito apenas às questões ecológicas. Creio que é também uma condição necessária para o comunismo, cuja construção liga-se tanto ao avanço do controle popular sobre o processo de trabalho como a uma redução relativa do trabalho compulsório. Neste sentido, o produtivismo é incompatível com o progresso em direção a desaparecimento da divisão social do trabalho (sem a qual não há comunismo) e com o controle democrático sobre o processo social de tomada de decisões. Sem avançar mais sobre o tema, sinto-me bastante confortável com o abandono do produtivismo, que considero uma condição maior para o sucesso do projeto comunista.

A "defesa do meio ambiente" conduz a todo um novo campo de considerações sobre o funcionamento e as condições para a democracia. O grande problema é a compatibilização entre as demandas democráticas locais e a democracia no centro. Frequentemente os ecologistas apresentam estas relações como não-contraditórias por natureza, "o meio-ambiente" desejável por um sendo aquele desejável pelos outros. Mas isso não é nada evidente.

Além disso, os socialistas revolucionários frequentemente subestimaram este problema, neste caso devido a uma certa candura sobre estes temas e uma visão universalista unilateral que impregna nosso pensamento cultural. Aqui, mais do que posições convergentes, podemos encontrar um terreno de debate comum que podemos ter com a ecologia política, lucrativa para ambos os lados.

Se tudo isso puder ser aprofundado numa luta comum contra o capitalismo como sistema social, então estaremos falando de fusão ao invés de uma aliança. Mas isso não está determinado, principalmente devido à crise da perspectiva socialista.

Crítica do lucro

Entretanto, há dificuldades devido a razões teóricas mais básicas. Na imprensa ecológica, dificilmente há qualquer referência às *relações sociais capitalistas de conjunto*. Mesmo os setores mais à esquerda muitas vezes afirmam abertamente que estas relações são imutáveis, pelo menos para o período histórico próximo. Certamente não é impossível imaginar uma espécie de "compromisso histórico" entre a visão ecologista e capitalistas "modernos", que aceitam a existência de limites ecológicos. Então, estes limites poderão ser integrados nos marcos do mercado e a própria ecologia será transformada num novo mercado. Sinais disso podem ser vistos todos os dias, com o uso de temas ecológicos para promover mercadorias, o desenvolvimento da indústria da despoluição, a administração da água e do lixo e assim por diante.

Pode-se argumentar que a limitação tradicional do capitalismo - sua incapacidade de ir além de uma perspectiva local, imediata e orientada pelo lucro de forma duradoura - entrará em conflito com as demandas ecológicas em escala global. Isso é certamente verdade, mas é verdade também para toda uma série de outras áreas, incluindo a da "economia" na definição clássica.

Com poucas notáveis exceções, não se encontram afirmações precisas sobre este tema nos textos dos ecologistas. Isso dito, a crítica da priorização do lucro de curto prazo, a onipotência da mercadoria e a ditadura do mercado estão sempre presentes nos mesmos textos. O que aparece para nós como incoerência teórica não surge assim para os ecologistas.

Aqui há então um ponto para debates mas também um ponto de encontro para alianças. Em cada decisão que envolva o debate de temas ecológicos a questão emerge: deve a lucratividade ser o guia ou há outro critério?

Obviamente, a luta contra as relações sociais capitalistas - e não apenas contra suas consequências - envolve por exemplo apoiar a unidade e independência da classe trabalhadora. Estas tarefas não podem ser centralmente postas no sentido imediato no debate com os ecologistas, dada a fraqueza da perspectiva de classe como um todo. Mas a parcela de preocupações partilhadas já é significativa.

O debate sobre as bases de uma aliança com o movimento ecológico é tanto útil como recompensador. Útil, por que força-nos a reconsiderar toda uma dimensão do marxismo. Recompensador, por que permite trabalhar as bases para alianças duradouras que podem encontrar expressão na prática diária. □

Os ecologistas questionam os critérios do cálculo econômico capitalista e o produtivismo dominante.

A defesa do meio ambiente conduz a todo um novo campo de considerações sobre o funcionamento da democracia.



Finalmente, a crise

GUSTAVO CODAS

Quando diversas categorias em vários estados, recolocam o movimento sindical mobilizado (e com fortes greves) nas manchetes dos jornais, no dia 6 de maio passado, Gilmar Carneiro enviou a todo o movimento sindical cutista uma "carta bomba": ou o tesoureiro da CUT Nacional, Delúbio Soares (também Coordenador Nacional da Articulação Sindical) deixa o cargo (entre outras medidas), ou então ele abandona a secretaria geral da entidade.

Carta-bomba

Sua carta assinala que o "burocratismo" da atual direção, a formação de "feudos" nas secretarias e a incapacidade da tesouraria, entre outras coisas, atrapalham o engajamento da CUT no encaminhamento que as suas instâncias tiram para responder à conjuntura.

O ataque do Gilmar a seu tradicional aliado Delúbio surpreendeu aos leitores da carta. Foi, para a grande maioria da militância cutista, um "raio no céu azul". Trata-se de um capítulo público da crise nacional da Articulação Sindical, que soma ao já conhecido enfrentamento entre os pré-candidatos à presidência no 5º Concut, Gilmar X Vicentinho.

Com o "gesto" Gilmar busca distanciar-se de outros membros da Articulação Sindical na Executiva Nacional (em geral antigos aliados seus) e do desgaste que a atual gestão acumula frente a base, fazendo um giro brusco para disputar diretamente a militância dessa corrente e assim continuar na corrida presidencial cutista.

Para tanto Gilmar afirma na carta: "O que antes era rotulado de 'crise de crescimento' (da CUT), assume hoje formas de 'crise de envelhecimento precoce'. Corremos o risco real de passar do movimentismo para o burocratismo..." Assim, contra o ufanismo 'oficialista' que grassa geralmente nas declarações públicas da Articulação Sindical, a carta busca dialogar com o sentimento real da militância, de frustração com os rumos atuais da CUT (assinalando inclusive que outros seriam os responsáveis por isso, não ele).

Por sua parte, a CUT Pela Base também já tinha explicitado uma crise na virada do ano, quando foram publicadas cinco teses para o debate, expressando grandes divergências internas sobre o futuro dessa corrente.

E se nas demais correntes a discussão não tomou esse caráter antagônico, ela se reveste de outros contornos e

também mostra que a crise atual não é desta ou aquela corrente, mas de todas as correntes internas formadas entre o 2º e 4º Concut (1986 e 1991, respectivamente).

Cai por terra, desta forma, o desenho de "dois blocos" que se enfrentaram no último congresso nacional da central à hora de eleger sua direção. E desfaz-se um elemento central do mito, alimentado por vários setores da CUT (inclusive a Articulação Sindical) da existência de "dois projetos estratégicos" na mesma (e somente dois), que justificariam os alinhamentos automáticos de um e outro lado nos congressos - apesar de todas as divergências que a prática concreta e a orientação colocavam ao interior dos "dois blocos"...

Assim, na metade do mandato recebido do 4º Concut, depois de ter contribuído decisivamente para derrubar o presidente da República, no momento em que se desenha um importante reaquecimento das lutas e trava-se um acirrado debate em torno da lei de reajuste salarial mensal integral (pelo qual a CUT e seus sindicatos estão em campanha), fica evidenciada a maior crise de projetos políticos (e de direção) já conhecida nos dez anos da Central.

Desmanchando no ar...

Em 17 e 18 de maio será realizada a plenária nacional da Articulação Sindical e em 5 e 6 de junho o seminário nacional da CUT Pela Base.

O rumo da discussão em ambos, guardadas as diferenças, aponta para o fato que, tal como são hoje, as principais correntes do movimento sindical cutista não representam nem projetos, nem alternativas de direção para a Central no próximo período. Sua continuidade pura e simples não faz sentido.

No caso da Articulação Sindical há uma tendência à conformação de três campos na cúpula: ao dos dois pré-candidatos, soma-se agora a dos membros da corrente que permanecem em cargos na Executiva Nacional, que ancorados na representação oficial da Central podem usufruir da conjuntura de recuperação das mobilizações para negociar frente aos dois grandes sindicatos que tradicionalmente tem dado as cartas nas instâncias - bancários de São Paulo e metalúrgicos de São Bernardo. Nas instâncias intermediárias e na base, porém, não se verificam de imediato essas mesmas configurações.

Há um consenso entre os dirigentes nacionais da Articulação de que pela primeira vez é imprevisível o que pode acontecer em uma plenária nacional desta corrente. A consolidação do racha é uma das hipóteses que está colocada.

A crise atual não é apenas a maior crise, mas a "melhor". Ela possibilita a construção de novas referências para o movimento sindical.

Novas configurações

Há uma vida no movimento sindical que não é retratada nos movimentos das correntes internas oficiais, que não respeita as supostas "políticas de alianças" tal como entendidas ao nível nacional. A origem desta discrepância está justamente no fato que as correntes não respondem mais aos desafios que estão colocados concretamente aos militantes sindicais.

Assim, temas como o compromisso com a construção da entidade, o enfrentamento dos desafios colocados pela reestruturação, o compromisso com a democracia interna, o esforço por dar coerência a uma militância sindical com uma perspectiva estratégica ao nível partidário, tem feito com que surjam novas configurações políticas.

Eis um breve panorama sobre alguns casos "heréticos": No Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (RS) a Articulação Sindical está cindida, com um setor (identificado com o "Manifesto"), aliado à Cut Pela Base, e o outro, aliado ao PCdoB e PDT. Haverá duas chapas da CUT nas eleições.

Nas prévias nos Metalúrgicos de Belo Horizonte (MG) para compor a chapa única da CUT (procedimento unitário que foi garantido pela

decidida intervenção da Cut Pela Base) foram apresentadas três chapas, uma do PT (composta por independentes que são área de influência da Articulação, mais militantes da DS e MTM, que constituem a Cut Pela Base na categoria) que venceu; outra do PSTU e outra do PCdoB.

Semanas antes, na eleição dos Metalúrgicos de Betim concorreram duas chapas, a do PCdoB (com discreto apoio do PSTU), que venceu, e a do PT (com total apoio dos militantes da CPB).

Na eleição dos Ferroviários de Vitória (ES), a chapa encabeçada pela Cut Pela Base foi ativamente apoiada por um setor da Articulação Sindical (vinculada ao "Manifesto") contra a outra chapa encabeçada por independentes próximos da Articulação Sindical (vinculadas à direita do partido) e pela Força Socialista

No Congresso dos Urbanitários a Articulação Sindical se dividiu em dois, assim como todas as outras correntes (com exceção da Cut Pela Base), o que resultou em duas federações nacionais distintas no mesmo ramo.

No Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) foi formada uma chapa majoritária a partir de

uma identidade de construção da entidade, cujo contorno foi a dos petistas (incluindo a maioria esmagadora da Cut Pela Base), que enfrentou uma outra do PCdoB com outros partidos e outra dos setores sindicais que trabalhavam à época na "Frente Revolucionária", mais "O Trabalho" e "Força Socialista" (que se recusaram participar na primeira chapa sem maiores argumentos).

No Congresso do Departamento dos Trabalhadores Rurais da CUT, a Articulação Sindical se dividiu, com uma ala majoritária identificada com o "Manifesto" no PT, trabalhando junto com a Cut Pela Base e fazendo críticas acirradas à orientação da Articulação Sindical na Executiva Nacional (que privilegia a relação com a CONTAG)

Por outro lado, em vários estados se discute ou já se encaminha uma política de trabalho conjunto envolvendo militantes sindicais de peso, para os encontros do partido entre o "Manifesto", a Democracia Socialista e em menor medida Na Luta PT (sendo que estas duas correntes incorporam grande parte dos sindicalistas da Cut Pela Base).

A "melhor" crise

A origem da crise atual está numa combinação de fatores, dentre eles:

- um período de refluxo do movimento sindical (1990-...), onde se gestou um crescente questionamento à validade das políticas que durante anos foram dadas como certas pelas correntes sindicais;

- os impasses do movimento sindical cutista na sua construção frente a herança da estrutura sindical oficial e nas respostas à política neoliberal, que não encontram resposta estratégica nas correntes;

- a crise da Articulação no PT, que dispersa a referência partidária interna comum de um campo muito heterogêneo de posições políticas da Articulação Sindical (sem que ambas nunca tenham se correspondido como correntes irmãs na orientação política);

- o fato de que "na base" já há uma efetiva dispersão de orientação política em relação aos campos que representam as respectivas correntes, com a configuração de novas alianças que não corresponde ao perfil nacional.

Este aspecto talvez seja o fato mais relevante do último período. Não somente estamos vivendo um período de crise "na cúpula" do movimento sindical, mas também um momento em que "na base" se busca uma nova lógica de agrupamento.

Isto está sendo perceptível em eleições sindicais e em congressos de ramos. Porém, trata-se de um movimento ainda disperso, que até o momento ainda não criou referências nacionais, até porque aqui se misturam elementos "particularistas" (do Estado, da categoria, etc.) com outros mais políticos e gerais.

Por outro lado, começam a aparecer nas novas composições na preparação do 8º Encontro Nacional do PT, lado-a-lado, defendendo teses estratégicas e de construção comuns, dirigentes sindicais petistas que tradicionalmente disputaram no movimento social - o que por conta da acentuada autonomização entre a militância na suas facetas *corrente sindical X corrente partidária*, ainda não tem uma clara expressão no movimento sindical.

Assim, seja pela lógica da "vida do movimento" nos sindicatos e ramos, seja pela lógica da "disputa dos rumos do partido" vão se gestando espaços para deflagrar um "fato novo" que crie um polo alternativo de construção de uma nova direção para a CUT, ultrapassando as fronteiras das atuais correntes sindicais cutistas.

Por essa dupla via, "do movimento" e "do partido" é possível pensar já que a pauta de uma nova configuração política passará certamente pela construção de respostas para os desafios que concretamente estão colocados no período: o enfrentamento à política do governo Itamar, a retomada da construção da CUT, a construção de uma visão estratégica

sobre os desafios colocados ao movimento sindical combativo pela disputa da presidência do país em 1994.

Por isso, a atual não é apenas a maior crise de projetos, mas também "a melhor". Nela finalmente criou-se a possibilidade de construir novas referências, orientadas pela busca de respostas aos desafios estratégicos, que venham a organizar um novo polo de direção no próximo Congresso Nacional da Central. □

Gustavo Codas é assessor sindical.



Gerd Arntz

ASSINE INPRECOR AMÉRICA LATINA

Saiu o número especial de *Inprecor*, publicado em castelhano, dedicado à análise da situação econômica internacional. Ele contém artigos de caráter geral sobre a crise - como as análises de Maxime Durand e Jesus Albarracín - bem como artigos específicos sobre Alemanha (de Winfried Wolf), Estados Unidos (de Doug Henwood) e Europa Oriental (de Catherine Samary). Destaca também, sobre a América Latina, uma análise de Héctor Romo sobre a evolução das políticas econômicas neoliberais e um documento da esquerda sandinista sobre uma política econômica alternativa.

Instrumento indispensável de análise, *Inprecor* econômico pode ser solicitada junto aos distribuidores do jornal *Em Tempo*, com o preço equivalente, em cruzeiros, a cinco dólares.

A assinatura anual de *Inprecor América Latina*, correspondendo a 10 números, custa o equivalente, em cruzeiros, a vinte e cinco dólares.

**Assinatura Anual
(10 edições)
US\$ 25,00**

Nome: _____

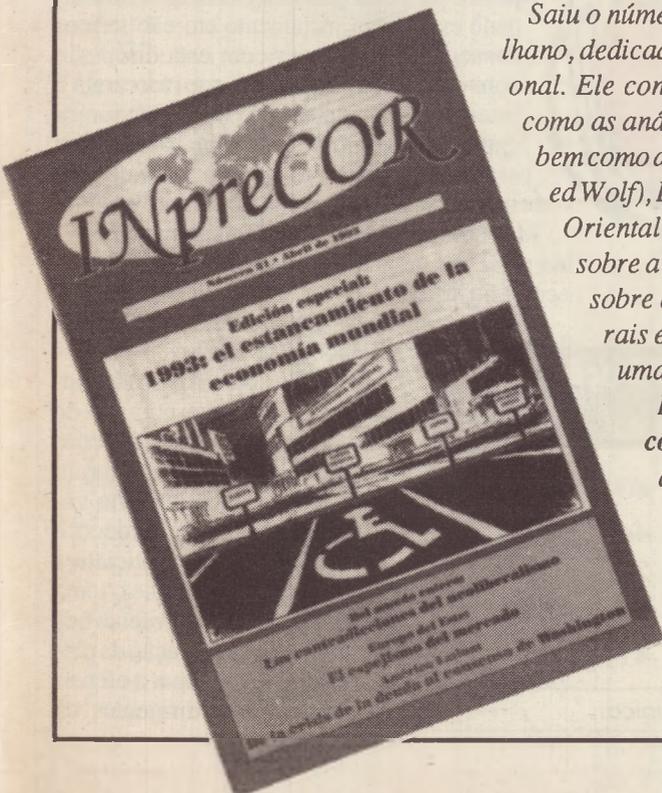
Endereço: _____

Cidade: _____

UF: _____ CEP: _____

Telefone: _____

Recortar e enviar juntamente com um cheque nominal à
Carlos Henrique Goulart Árabe:
Rua Brigadeiro Galvão, 138
Barra Funda São Paulo - SP
CEP 01151-000



As cotas na plenária nacional da CUT

MARILANE TEIXEIRA

A ampliação cada vez maior da participação das mulheres nas direções da CUT só será obtida compensando estas desvantagens flagrantes das mulheres. Não decretando cotas estatutárias, mas sim tornando obrigatório que cada instância defina uma meta percentual correspondente às suas características. E, mais que isto, promova e implante medidas concretas em suas direções”.

Esta é parte da formulação aprovada indicativamente na plenária nacional da CUT de julho passado, em contraposição a política de cotas apresentada pela Coordenação Nacional de Mulheres. Nove meses após a plenária nacional, é possível afirmar que a formulação aprovada, em nada contribuiu para que se alterasse qualitativamente os espaços entre homens e mulheres na CUT. A formulação de metas além de não propor nenhuma medida que objetive construir maiores espaços para as mulheres, aproximou todos aqueles setores contrários a qualquer política de ação afirmativa e que se apoiaram nesta proposta para fazer demagogia sobre o tema.

Esta experiência mostra que qualquer proposta que não conduza a mudanças efetivas, não ultrapassa o caráter de declaração de intenções, de reforço do discurso da igualdade mas de esvaziamento das ações concretas que constroem a igualdade.

Tem existido um esforço de incorporar as reivindicações específicas das mulheres por parte do movimento sindical, e isso tem contribuído positivamente para tirar de dentro de quatro paredes, o que até bem pouco era tratado como “assunto de mulheres”. Mas foi a discussão da ação afirmativa que mais mobilizou a plenária passada, justamente porque é a única proposta que mexe com as relações de poder estabelecidas dentro da Central e quebra com a “naturalidade” de como é tratado a presença desigual de homens e mulheres nas direções, “a partir de seus próprios méritos”.

Portanto, se hoje é possível identificar que existe uma maior preocupação em incorporar o tema das mulheres nas pautas dos sindicatos, isto não significa necessariamente um maior compromisso com as suas resoluções ou com medidas concretas que viabilizem a presença de mulheres seja nas direções, seja no cotidiano da vida sindical.

A situação nos sindicatos

O exemplo de cinco sindicatos que estiveram ou estão em processo eleitoral demonstra bem isso (veja tabela).

Se partirmos da realidade dos sindicatos, é difícil criar condições de participação das mulheres nas instâncias de direção. O processo de construção de uma política afirmativa dentro dos sindicatos é muito mais lento, por se constituir num espaço que não proporciona as mulheres um crescimento político, pois a sua estrutura hierarquizada - a maioria das direções sindicais nem sequer funciona com diretoria colegiada - reproduz relações extremamente autoritárias, fortalecendo o personalismo em detrimento da coletivização das decisões e do trabalho conjunto, prática que dificulta o crescimento político das mulheres. Na maioria dos casos as mulheres não permanecem mais de duas gestões, no geral não chegam nem ao final da primeira gestão. Na hora de compor as chapas que descobrem que não tem mulheres para indicar.

O processo de construção de mulheres como dirigentes não passa

naturalmente pela sua incorporação as direções sindicais. Hoje já existe um processo de assimilação maior dentro da CUT sobre a necessidade das mulheres conquistarem maiores espaços. Enquanto nos sindicatos ainda se luta para manter as mulheres nas direções, para que não abandonem na metade da gestão, tal a falta de investimento político.

Por compreender que o processo não é natural, entendemos que a única forma de viabilizar a maior presença das mulheres em cargos de direção é através da adoção de uma cota mínima

A proposta das cotas é parte de um conjunto de medidas, dentre as quais se destacam: a inclusão da questão da mulher em todas as atividades sindicais de formação, com participação proporcional; campanhas de sindicalização específicas; campanhas em torno de suas reivindicações específicas, etc. Se viabilizadas de conjunto, estas medidas contribuirão para alterar positivamente a dinâmica das relações sindicais no interior da CUT.

O debate na plenária

Existe um quadro desfavorável para esta discussão no interior da CUT, pelo fato dela estar sendo recolocada praticamente nas vésperas da plenária e o trabalho de mulheres ter pouca visibilidade dentro da CUT. O debate só é percebido quando as propostas ameaçam os espaços já constituídos, como é o caso da proposta das cotas.

Ainda assim, foi correto o encaminhamento da plenária passada realizar uma votação indicativa sobre o tema, inclusive porque isso nos possibilita trabalhar durante o ano para reverter o quadro para esta próxima plenária. A dificuldade esta agora justamente em não termos conseguido prosseguir com esta discussão com o mesmo calor e garra que marcaram a intervenção na plenária de 1992. Não fomos capazes criar um ambiente mais favorável para este debate entre as próprias mulheres dirigentes sindicais e militantes do movimento.

Mas ainda é possível criar um ambiente mais favorável até a plenária nacional; para isso é necessário articular as mulheres dirigentes e militantes do movimento para um balanço sério sobre o que objetivamente a resolução passada contribuiu para a incorporação de mulheres na CUT e nas direções sindicais, lembrando que foram realizados neste último ano vários congressos nacionais de confederações. Retomar a iniciativa nos estados, garantir que o tema das mulheres esteja presente nos seminários de preparação da plenária nacional, retomar a ofensiva junto as(aos) dirigentes da CUT. □



Sindicatos	Direção Anterior		Direção Atual	
	total	mulheres	total	mulheres
Metalúrgicos de Campinas	40	3	40	1
Metalúrgicos de B.H.	44	4	44	2*
Ferrovários de Vitória	24	1	24	1
Metalúrgicos de SB do Campo	32	2	40	5*
Metalúrgicos de SJ Campos	31	2	41	3

* Estes sindicatos estão em processo eleitoral, com chapa única.